



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

CAMPUS DE AQUIDAUANA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS-PPGCULT

ELLEN MARIA MACHADO SANTOS FERNANDES

**AGORA QUE SÃO ELAS... SÓ QUE NÃO: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA DAS MULHERES NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

AQUIDAUANA/MS

2024

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

CAMPUS DE AQUIDAUANA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS-PPGCULT

ELLEN MARIA MACHADO SANTOS FERNANDES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, para a obtenção do título de Mestre em Estudos Culturais, sob orientação da Prof. Dr^a. Janete Rosa da Fonseca.

Linha de pesquisa: Sujeitos & Linguagens

Orientadora: Prof.^a Dr^a Janete Rosa da Fonseca

DEZEMBRO

2024

ELLEN MARIA MACHADO SANTOS FERNANDES

**AGORA QUE SÃO ELAS... SÓ QUE NÃO: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA DAS MULHERES NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Janete Rosa da Fonseca
Orientadora/PPGCULT/UFMS

Profª Drª Helen Paola Vieira Bueno
Examinadora interna/PPGCULT/UFMS

Profª Drª Richele Timm dos Passos da Silva
Examinadora externa/UFPEL

Profª Drª Geovana Quinalha de Oliveira
Examinadora Interna /PPGL-UFMG/UFMS

DEZEMBRO

2024

AGRADECIMENTOS

Fazer os agradecimentos em um trabalho científico é algo que sempre me faz pensar. Por muito reflito “a quem agradecer?” “quem me ajudou diretamente neste trabalho?” “agradeço quem ajudou-me a chegar até aqui, mesmo que sem saber da sua importância neste processo?”

Para tais reflexões não cheguei em uma conclusão ainda, então pretendo agradecer com o que sinto no coração. Neste exato momento em que escrevo, meus pais Maria e João, meus filhos Rael e Leo e meu marido Gustavo estão na sala de casa convivendo, rindo e agora ouço um choro do desentendimento por uma TV. Ela deve ficar ligada ou não?

Assim foram os dias nesta escrita em alegrias e choros este texto tomou forma. Durante este processo fui mãe de uma criança pequena, gestante, puérpera e lactente, quantas emoções não é mesmo?

Dessa maneira acredito que devo agradecer e oferecer esta escrita ao meu marido Gustavo, que esteve ao meu lado, me incentivou, cuidou dos nossos filhos, da nossa casa e de mim. E não, isso não faz dele um super herói, um super pai ou um super marido. Faz dele um homem que compreende seu lugar no mundo e luta junto comigo para que o feminismo seja realmente para todos. Compreendo o meu local de privilégio por ter este companheiro de vida ao meu lado, que todos os dias me faz melhor e contribui para que nossos filhos – ambos meninos – tenham um exemplo de homem que mesmo nas pequenas atitudes desconstrói o patriarcado. Obrigada, meu bem, te amo!

Ao lembrar da situação da sala de TV, mesmo sem compreender muito o que estou fazendo neste trabalho e a importância que ele tem para mim e para comunidade científica, não posso deixar de agradecer meus pais, minha mãe Maria e meu pai João que sempre se fizeram presente em minha vida acadêmica e fora dela, claro. Lembro-me dos dois me levando com um carro emprestado para Ilha Solteira para que fizessem minha matrícula na faculdade, já que ainda era menor de idade.

Ambos estiveram presentes em todas as mudanças de casas e cidades em que fiz, tanto sozinha quanto depois com minha família. Me diga se isso não é privilégio? Quando meus filhos nasceram, eles estavam aqui, vale ressaltar que eles moram a quase 700km de mim e sempre se

fizeram presentes nos momentos bons e nas dificuldades. Sei que se precisar é só chamar. Obrigada mãe e pai! Amo vocês.

Aos meus filhinhos que não compreendem o que tanto a mamãe faz no computador e se ausenta de momentos com eles, mesmo sem o total entendimento da situação quando a mamãe dizia que precisava estudar e “mandar o texto pra Janete” tinha um certo entendimento de Rael, o mais velho. Já Leo, o mais novo nascido durante o mestrado, queria saber do tetê dele, sem hora, sem esperar terminar a escrita da frase, ele queria e queria para já. Entre as dores e amores dos nascimentos meus filhos eu venci. Eles terão em breve uma mãe mestre. Obrigada meus amores por ensinarem tanto todos os dias. O tempo é diferente quando se é mãe só sendo para saber, não tem explicação. Amo vocês, obrigada!

Continuando, o agradecimento agora é para a minha orientadora maravilhosa: professora Doutora Janete Rosa da Fonseca, esta que foi para mim uma surpresa para além da academia, hoje posso dizer que ganhei uma amiga. Janete inspira sororidade e empatia, sempre esteve caminhando ao meu lado, me erguendo, incentivando e me ajudando a ser melhor. Uma mestre que sabe o que ensinar e como ensinar. Tem uma humildade na maneira que instrui, não oprime e transborda conhecimento. Costumo brincar com Janete que ela chegou nos Estudos Culturais quando “era tudo mato” uma professora que acompanhou, estudou e estuda a evolução deste campo de pesquisa no Brasil. Esta mulher sabe do que está falando e tenho orgulho em ter sido sua orientanda. Obrigada por tudo! Nos vemos no doutorado.

Aos familiares e amigos que suportaram a ausência e compreenderam este meu momento. Obrigada!

Ao PPGCult com todos seus membros que se esforçam para manter as pesquisas efervescendo neste “torrão de Mato Grosso” como diz o Hino de Aquidauana, aos colegas que contribuíram para esta pesquisa com discussões e sugestões. Agradeço aos meus colegas de turma que delícia foi compartilhar momentos de aprendizagens com vocês. Obrigada!

RESUMO

Este presente trabalho tem como objetivo investigar como e se marcadores sociais e a cultura local influenciam na participação das mulheres na política e como esta participação (ou não) impacta a vida das diferentes categorias de mulheres, utilizando uma abordagem que interage enfoques feministas e interseccionais dos estudos culturais. Para isto, foi realizado um resgate histórico sobre a representação feminina na política de Mato Grosso do Sul (1977). Foram elencados os marcadores sociais, (raça, classe social, orientação sexual e identidade de gênero) presentes nas mulheres que foram eleitas para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e as Leis criadas para as mulheres sul-mato-grossenses foram relacionadas. Sob a ótica dos Estudos Culturais, a pesquisa inicia-se a partir, das experiências da autora que elenca as motivações para esta escrita acontecer. Para isso, conceitos como a identidade, cultura, interseccionalidade e feminismos são discutidos, conceitos estes que colaboram para analisar fenômenos como a invisibilidade das mulheres na política e as violências sofridas por elas. Seguindo, o texto faz um resgate histórico da separação dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apresenta os políticos presentes no movimento separatista e faz uma breve análise de quem foram eles. Posteriormente, as mulheres eleitas para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul foram analisadas a partir marcadores sociais tais como raça, classe social, orientação sexual e identidade de gênero que as constituem, sendo que das onze mulheres eleitas para ALEMS apenas uma é uma mulher preta, apenas duas não fazem parte das famílias de políticos tradicionais do estado, todas são cisgêneros, todas possuem formação acadêmica em nível superior, apenas de uma deputada não se tem informação sobre sua sexualidade, as demais são heterossexuais. As leis feitas para as mulheres no âmbito estadual são relacionadas, cerca de 34% de todas as leis criadas, desde a fundação do estado, ocorreram entre abril de 2021 a dezembro de 2024. E por fim, este trabalho propõe reflexões sobre mecanismos necessários para que mais mulheres participem da vida pública e política.

Palavras-chaves: Interseccionalidade; Representação política; Estudos Culturais; Marcadores sociais; Invisibilidade feminina.

ABSTRACT

This paper aims to investigate how and whether social markers and local culture influence women's participation in politics, and how this participation (or lack thereof) impacts the lives of different categories of women, using an approach that integrates feminist and intersectional perspectives from cultural studies. To this end, a historical overview of female representation in the politics of Mato Grosso do Sul since 1977 was conducted. Social markers such as race, social class, sexual orientation, and gender identity present in the women elected to the Legislative Assembly of Mato Grosso do Sul were identified, and the laws created for women in the state were analyzed. From the perspective of Cultural Studies, the research begins with the author's reflections, which highlight the motivations for this writing. Concepts such as identity, culture, intersectionality, and feminisms are discussed, as they contribute to analyzing phenomena such as the invisibility of women in politics and the violence they face. The paper continues with a historical review of the separation of the states of Mato Grosso and Mato Grosso do Sul, introduces the politicians involved in the separatist movement, and provides a brief analysis of who they were. Subsequently, the women elected to the Legislative Assembly of Mato Grosso do Sul were analyzed based on social markers such as race, social class, sexual orientation, and gender identity. Of the eleven women elected to the ALEMS, only one is a Black woman, only two are not part of the state's traditional political families, all are cisgender, all have higher education, and only one deputy's sexual orientation is unknown, with the others being heterosexual. The laws created for women at the state level are also examined, with about 34% of all laws enacted since the state's founding occurring between April 2021 and December 2024. Finally, this paper proposes reflections on the necessary mechanisms to encourage more women to participate in public and political life.

Keywords: Intersectionality; Political Representation; Cultural Studies; Social Markers; Female Invisibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Mato Grosso em 1970	35
Figura 2: Momento em que Geisel assina a lei de criação do estado de Mato Grosso do Sul .	37
Figura 3: Leolinda de Figueiredo Daltro - fundadora do PRF	47
Figura 4: Marilene Moraes Coimbra	49
Figura 5: Marilu Guimarães	50
Figura 6: Celina Martins Jallad	52
Figura 7: Simone Tebet	54
Figura 8: Bela Barros.....	58
Figura 9: Dione Hashioka.....	59
Figura 10: Mara Caseiro	61
Figura 11: Antonieta Amorim	62
Figura 12: Grazielle Machado	65
Figura 13: Lia Nogueira	66
Figura 14: Gleice Jane	67

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Caminhos que me levam até você	9
1.2	A maturidade	13
1.3	Nem tudo é o que parece: o conceito de interseccionalidade	16
1.4	Arranjo, que não é o musical	18
1.5	“Tijolo com tijolo num desenho mágico”: metodologia	19
1.6	“Na mosca” - Objetivo Geral da Pesquisa.....	22
2	LONGE DOS OLHOS E DO CORAÇÃO: UM RESGATE HISTÓRICO DO CONCEITO DE CULTURA E A INVIBILIZAÇÃO FEMININA	24
2.1	Iluminado o futuro: historicidade do conceito de cultura.....	24
2.2	“Não faça isso, você é uma mocinha...” a invisibilidade e as violências sofridas pelas mulheres na vida pública.....	30
3	É MATO GROSSO... DO SUL	34
3.1	Quando o amor acaba	34
3.2	Quem são eles?	39
4	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: PERSPECTIVAS, REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL- UMA ANÁLISE DOS MARCADORES SOCIAIS	45
4.1	Formação das identidades.....	45
4.2	As eleitas	48
5	RELAÇÃO DAS LEIS FEITAS PARA MULHERES EM MATO GROSSO DO SUL	71
5.1	Relação das leis estaduais sul-mato-grossenses sobre a garantia de direitos das mulheres	72
6	RESUMINDO A ÓPERA.....	77
7	REFERÊNCIAS.....	80
8	ANEXO.....	86

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação irá tratar sobre a participação política das mulheres no estado de Mato Grosso do Sul e como os marcadores sociais impactam em tais participações. O texto é defendido dentro do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, sob orientação da Prof. Dr^a. Janete Rosa da Fonseca.

A linha de pesquisa que o texto está inserido é na linha de Sujeitos & Linguagens. O objetivo desta pesquisa é investigar como e se marcadores sociais e a cultura local influenciam na participação das mulheres na política e como esta participação (ou não) impacta a vida das diferentes categorias de mulheres, utilizando uma abordagem que interage enfoques feministas e interseccionais dos estudos culturais.

Para iniciar a discussão cabe salientar que os estudos culturais representam um campo de pesquisa interdisciplinar, multifacetado que estuda a cultura e como esta afeta e é afetada por suas manifestações, formas e símbolos. Este campo de pesquisa tem cerne na reflexão e na crítica de como a cultura é produzida, disseminada e recebida pela sociedade.

Este campo de estudos possui muitos representantes que trabalham a diversidade na formação das identidades e dos sujeitos, os seres são complexos e podem (são) influenciados por novas tecnologias, processos migratórios e a globalização. Para Hall (1997), por exemplo, há complexidade e diversidade nas culturas contemporâneas, para ele a fluidez, a hibridização contestação na formação da identidade e na produção de significado são elementos essenciais para definir o conceito de cultura pós-moderna.

Ainda sobre Stuart Hall (1997), ele considera a multiplicidade das identidades, para ele as identidades não são fixas e imutáveis, pelo contrário, ele destaca a importância das diferenças e da diversidade na formação delas, ele considera o aspecto fluido da formação das identidades.

As relações de poder também estão presentes nas análises desenvolvidas nos estudos culturais, faz parte desse campo compreender e analisar como estas relações ocorrem e como elas impactam as identidades individuais e coletivas. Pode-se citar alguns exemplos de relações de poder perscrutadas pelos estudos culturais começando com a hegemonia cultural, que para

Hall (1997), é a dominação ideológica das classes dominantes às classes subalternas, são normas, valores e crenças tidas como universais e naturais, mas que na verdade perpetuam o interesse das elites. É possível observar que simbolismos presentes na vida da elite são facilmente considerados e/ou classificados como cultura, agora se é algo denotado das classes subalternas tais manifestações podem ser vistas como folclore e/ou crenças sem valor cultural.

Outro ponto a ser considerado das relações de poder analisadas pelos estudos culturais são os símbolos, mídias produzidas e distribuídas para as sociedades, como as artes em geral, propagandas, literatura e outras formas de produção cultural impactam a formação das identidades.

Não há como falar em relação de poder sem citar a interseccionalidade, fatores como raça, gênero, idade, classe e sexualidade se interrelacionam e influenciam na formação das identidades, moldam as experiências individuais e coletivas de opressão e poder.

Para exemplificar o trecho acima é possível citar o texto *Mona Lisa transfigurada: a objetificação do corpo feminino*, de Maria Simone Vione Schwengber e Maria Regina Johann (2016), as autoras discutem o uso da imagem da Mona Lisa em peças publicitárias nas quais o corpo feminino ideal (sob a ótica dos pensamentos dominantes e elitistas) é apresentado, neste caso os publicitários se valem de uma obra de arte com grande prestígio e bem conhecida para validar imagem que se espera de um corpo feminino, ou seja, você mulher *deve ser* assim. Usam a imagem da Mona Lisa como validação para que esta opressão sobre os corpos femininos aconteça.

Deste modo, as relações de poder estão diretamente ligadas com os movimentos políticos, as relações entre os políticos eleitos e a representação de suas classes não são aleatórias, a quem interessa mantê-las no poder? Sem citar nenhum dado oficial, ainda, cara/o leitora/leitor faça um pequeno exercício de observação sobre as deputadas e os deputados eleitos no estado de Mato Grosso do Sul, quantos são mulheres? Indígenas? Negras/os? Pessoas transgênero? Continue a reflexão caro (a) leitor (a) e resgate em sua memória os deputados e deputadas eleitas para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Quantos sujeitos você lembra que foram eleitos deputados que são negros, indígenas ou pessoas transgêneros? Você é capaz de citar algum deputado com alguma destas características?

Sendo assim, neste momento desta dissertação trarei elementos de como foi o despertar para escrita e como as influências, mutações e hibridização das identidades tornou possível debater este tema no qual as estruturas de poder a formação das identidades se faz presente.

1.1 Caminhos que me levam até você

*“Eu sou pau pra toda obra
Deus dá asas a minha cobra
Hum hum hum hum
Minha força não é bruta (adoro essa frase)
Não sou freira, nem sou puta” – Pagu – Rita Lee*

Para começar a contextualização em que esta pesquisa está inserida começo com uma retrospectiva que se inicia em 2010 no campus de Ilha Solteira- SP da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), naquele ano precisei finalizar a escrita do trabalho de conclusão de curso (TCC), exigido para formatura daquele que seria meu primeiro curso de graduação.

Na época, me formava em Licenciatura em Física, mas posso prever que vem a sua cabeça caro leitor a seguinte pergunta como uma licenciada em física quer discutir política, gênero, estudos culturais, feminismos, culturas etc.? Como estes assuntos se relacionam? Como este presente tema se relaciona com aquele trabalho de 2010? Podemos neste momento resgatar Stuart Hall (1997) que nos apresenta os conceitos das múltiplas identidades.

Naquele tempo, a minha orientadora uma mulher potente e muito qualificada¹, era professora do curso e em um dos componentes curriculares destinados a reflexão e a escrita dos trabalhos de conclusão de curso sempre nos trazia a dúvida, a inquietação, nos dizia que nossa

¹ Não foi possível o contato como a professora doutora mencionada no texto, por isso seu nome foi suprimido, pois não obtive sua autorização para mencioná-lo.

pesquisa deveria expressar um questionamento genuíno, deveríamos ter como objeto de pesquisa um assunto que nos incomodasse, algo que realmente gostaríamos de ter uma resposta ou que nos provocasse e provocasse no outro reflexões.

Assim, a escolha do tema e a escrita do trabalho “Percepções de alunos do Ensino Médio sobre as contribuições das mulheres nas Ciências ao longo da História” é concluída, algumas observações são necessárias para compreender este texto, nele descrevo a motivação para escrevê-lo que partiu de um incômodo com o baixo quantitativo de mulheres no curso de licenciatura em física e, principalmente, a atuação destas mulheres/meninas na aulas de laboratório didático de física na própria universidade, cito que a “função das mulheres nas bancadas era de secretária”, ou seja, nós as mulheres, ficávamos responsáveis por anotar os dados medidos, calculados e observados.

Dessa maneira, quase nunca “era permitido” que nós manipulássemos os instrumentos disponíveis para aprendizagem, já para os homens/meninos não existia essa restrição, eles não tinham medo e a eles o erro era permitido. Nada disso foi dito diretamente, mas era assim que funcionava, aqui é possível perceber como a construção social do gênero interfere em nossas escolhas e aprendizagens.

Neste momento, pode-se trazer Judith Butler (2023) para a discussão. Butler argumenta que o gênero não é uma característica inata ou biologicamente determinada, mas sim uma construção social e cultural. Ela sugere que o gênero é algo que fazemos, em vez de algo que simplesmente somos. Em outras palavras, as noções de masculinidade e feminilidade não são fixas ou naturais, mas são produzidas e mantidas por meio de práticas cotidianas e performances.

Para Butler, os atos repetidos e ritualizados que realizamos conforme nossas identidades de gênero esperadas são essenciais para a construção e manutenção dessas identidades. Essas performances de gênero são internalizadas e naturalizadas ao longo do tempo, mas elas não são inerentes a nós; são produzidas e reforçadas pela sociedade e pelas normas de gênero dominantes.

Considerando as aulas de laboratório didático e compreendendo os conceitos de gênero de Butler (2023), é possível afirmar que o movimento era (e talvez ainda seja) este mesmo, meninas não são ensinadas a explorar o mundo, quebrar, abrir, consertar etc. A nós mulheres

as brincadeiras “que nos cabem” são aquelas relacionadas ao cuidado, boneca (filhos), casinha (organizar e ser responsável pela dinâmica de um lar). Então, a mulher que chegará na universidade de ciências exatas (quando chega) entenderá e aceitará “seu lugar”. É preciso subverter tal lógica, discutindo, apontando, criando novas possibilidades, estar presente nestes cursos, seja como estudantes seja como formadoras, nós mulheres precisamos ocupar nossos espaços.

Guacira Lopes Louro Em seu livro "O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade" (2000), explora como o corpo é educado por meio de práticas sociais, culturais e pedagógicas. Ela argumenta que o corpo não é apenas um objeto biológico, mas também um espaço de significado cultural, onde normas e valores são inscritos e negociados.

Com base nestas duas autoras pode-se afirmar que o gênero é algo construído socialmente, que os corpos são mais que um corpo biológico, que há de se considerar além do binário masculino e feminino, como os diferentes corpos aprendem e estão inseridos neste processo de ensino.

Naquela época, em 2010, as reflexões não foram tão profundas e não consideraram de forma tão forte a fluidez do gênero e sua construção social e cultural. Portanto, este trabalho reconhece que muitas discussões poderiam ter sido feitas naquele período. No entanto, o objetivo aqui não é analisar ou criticar aquele trabalho, mas apenas mostrar que a inquietação da Ellen nos trouxe até aqui.

Continuando a história da Ellen de 2010, contando com tal inquietação de ser a secretária da bancada fui pesquisar e buscar no Ensino Médio motivos, razões e procurar entender como se dava esta relação das meninas com as ciências da natureza e exatas, no título daquele trabalho não foi tomado o cuidado de explicitar as grandes áreas estudadas, creio que na época pensei que seria óbvio por se tratar de um curso de licenciatura em física, ou talvez por considerar como ciência apenas as ciências naturais e exatas, mas hoje percebo a necessidade de expressar com clareza quais áreas das ciências foram consideradas.

Considerando as afirmações que Antoine Prost fez sobre as ciências em seu livro, Doze lições sobre a história (2008), pode-se elucidar as diferentes definições do que é ciência. Prost considera que o debate epistemológico sobre as ciências é ultrapassado, mas ainda é importante. Então, ele divide as ciências em ciências naturais e ciências do espírito ou ciências humanas.

Para ele as ciências naturais explicam o porquê das coisas, é determinista e as mesmas causas produzem sempre os mesmos efeitos.

Já as ciências humanas ou do espírito não podem ser explicadas por meio de leis e causas, pois a ação humana é uma escolha de um meio em função de um fim, elas não podem ser explicadas, porém podem ser compreendidas. (Prost, 2008)

A defesa do trabalho aconteceu e houve grandes elogios por se discutir o tema, na época não me parecia algo tão comum nas graduações, sobretudo nas graduações nas áreas das ciências da natureza e tecnologia, inclusive tive bastante dificuldades em encontrar referências bibliográficas, mas a Ellen de vinte e um anos não tinha noção do potente e fértil tema que tinha em mãos.

Aquela Ellen estava imersa num ambiente social de uma universidade composta majoritariamente por homens, numa faculdade de engenharia, muitas vezes se travestir do masculino fora necessário para “sobreviver” naquele espaço. Expressões como “vira homem” “para de ser mulherzinha” eram utilizadas cotidianamente, por meus colegas e até por mim, em situações que qualquer pessoa demonstrasse fragilidade ou receio quanto a qualquer assunto, na verdade, a demonstração de sentimentos era vista como algo ruim, que diminuía a capacidade cognitiva da pessoa em questão. Então, o negócio era ser “bruta” e obediente, era esse o papel social permitido para mim e outras meninas daquele ambiente.

Outro motivo para a pesquisa não continuar fora a oportunidade de continuar os estudos num mestrado em Ciências do Materiais, seria no mesmo campus, já estava alojada e eu precisava ganhar dinheiro, meus pais não poderiam mais me ajudar, aliás eu não desejava isto, já que eram, e ainda são, trabalhadores com uma renda baixa e eu sabia da dificuldade que eles tinham para me manter na universidade sem que eu trabalhasse.

Dessa maneira, o tema ficou guardado em um cantinho da cabeça desta pesquisadora, que sempre que podia fazia referências ao tema pesquisado em 2010, sempre observava como a relação de gênero moldava meninas e mulheres com suas formas de se posicionarem, como aceitavam determinados tratamentos, como homens se sentiam no direito de falar por nós, sendo que estas representações afetam diretamente em nossas formas de viver, afetam as políticas públicas que não nos atendem, políticas para mulheres feitas por homens, em sua maioria, homens brancos, heterossexuais, cisgêneros e ricos. Como estes homens podem legislar e falar

pelas diferentes categorias de mulheres existentes? Este fora e ainda é um incômodo real na minha vida.

1.2 A maturidade

*“Hoje já é quinta-feira
E eu já tenho quase 30
Acabou a brincadeira
E aumentou em mim a pressa
De ser tudo o que eu queria
E ter mais tempo pra me exercer”*

(Aquele dos 30– Sandy Leah e Lucas Lima)

Ademais, outros incômodos, visões de mundo e necessidades foram surgindo ao longo da minha trajetória. Um marco importante para decidir a temática a ser estudada e pesquisada foi o nascimento do meu primeiro filho, Rael, em 2021. Naquele ano eu trabalhava como professora convocada no estado de Mato Grosso do Sul, quão grande foi minha surpresa ao solicitar a licença maternidade e descobrir que por ser convocada meu filho teria o direito que eu ficasse com ele apenas quatro meses e não seis como era direito dos filhos das professoras efetivas.

Daquela forma descobri que estava em outra categoria de mulher: a convocada! Questionamentos como: se a amamentação exclusiva é recomendada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) (2024) até o sexto mês de idade do bebê como eu a faria estando dentro de uma sala de aula com diversos estudantes? Meu trabalho eu não poderia simplesmente sair e cumprir aqueles trinta minutos de intervalo para amamentação, não tinha uma sala na escola exclusiva para amamentação, como garante a lei, as aulas são de cinquenta minutos, caso eu estivesse em sala e desse a hora deste intervalo quem “daria esta aula”? E o principal questionamento era meu filho não é igual aos outros bebês? Ele não precisava ser amamentado? Que garantias e suportes o Estado estava me dando enquanto mãe trabalhadora?

Então, não vi outra forma a não ser a política de rever tal arbitrariedade quanto ao direito à licença maternidade de Rael, pois a licença é um direito da criança e não da mãe. Desta forma,

no dia três de agosto de 2021, enviei um e-mail para o deputado estadual Pedro Kemp (PT-MS)² fazendo todos estes e outros questionamentos e pedindo socorro, ajuda para resolver esta situação.

Grata foi minha surpresa ao ter uma resposta rápida e assertiva de sua equipe. A mim foi contado que esta diferenciação entre efetivas e convocadas não era de conhecimento do deputado, ao mexer neste vespeiro Kemp e sua equipe descobriram que os homens professores convocados não tinham direito a nenhum um dia de licença para acompanhar o nascimento de seus filhos, dependiam da boa vontade dos gestores para “ganhar uma folga” ou tirar dinheiro do bolso e pagar substitutos para acompanhar o nascimento e os primeiros dias de seus filhos, neste momento da história podemos evocar bell hooks³ (2023) que nos diz que o feminismo é para todos, as lutas não devem ser individuais e sim coletivas, os homens além de lutarem a favor do feminismo também se beneficiarão por ele.

Sendo assim, Kemp levou a assembleia esta dicotomia entre licenças maternidades concedidas as professoras efetivas e convocadas, ainda sua equipe jurídica entrou com uma ação judicial contra o estado de Mato Grosso do Sul cobrando explicações para tal diferenciação, tal processo ainda está em andamento, mas a partir de tais questionamentos o governo do estado passou a conceder a licença de seis meses aos bebês de todas as mulheres sendo efetivas ou convocadas, a partir de janeiro de 2022.

Lembro-me bem que no e-mail questionava e pedia para que algo fosse feito pelas que viriam depois de mim, pois provavelmente eu não teria acesso a este direito. Naquele tempo em meio a pandemia de COVID-19 que assolava o mundo, mesmo com a vacinação em progresso eu voltaria ao trabalho sem rede de apoio para cuidar do meu bebê de apenas quatro meses? A saúde mental foi abaixo, além de todas as questões relacionadas ao puerpério ainda tinha que lidar com pandemia e uma volta precoce ao trabalho, fui, enfim, diagnosticada com depressão

² Por meio de sua assessoria o deputado Pedro Kemp autorizou a colocação do nome dele nesta pesquisa, a autorização encontra-se anexada nos ANEXOS desta dissertação.

³ bell hooks, uma escritora negra norte americana, escolheu que seu nome fosse assim grafado, pois para ela o que deve ter destaque em seus textos são suas ideias e não seu nome, por isso neste texto a vontade da autora será respeitada e seu nome será escrito com letras minúsculas.

pós-parto, que me manteve afastada do trabalho, mas também sem muitas condições de cuidar de Rael.

O meu retorno ao trabalho se deu em fevereiro de 2022, Rael estava para completar nove meses, já tinha iniciado a introdução alimentar, as vacinas conseguiram conter o avanço e a gravidade da COVID-19⁴, Rael foi pra escola no período integral para que eu trabalhasse as quarenta horas que tinha que cumprir, as mamadas neste momento aconteciam pela manhã, hora do almoço, final da tarde e noite, quando ele estava comigo a demanda era livre, mas quando não estava ele consumia outros alimentos, diferente de um bebê de quatro meses.

Dessa forma, com todos estes acontecimentos citados e mais doze anos passados na minha linha do tempo a Ellen atual com mais de trinta anos, outra graduação, agora em pedagogia, uma carreira bem sólida, com experiências no ensino básico e superior, dois filhos, na época um nascido e o outro na barriga (eu ainda não sabia) decide voltar a estudar, fazer um mestrado em Estudos Culturais. A escolha do tema escolhido para o pré-projeto também foi algo que incomodava a Ellen professora do ensino básico, mas ainda não era algo que fazia os olhos desta pesquisadora brilharem, mas fora o necessário para adentrar ao programa.

Neste momento, entra mais uma vez a figura da orientadora, agora a Professora Doutora Janete Rosa da Fonseca, outra profissional do mais alto gabarito, que sabe muito sobre a origem, e entrelaces entre os Estudos Culturais e a Educação, Estudos de Gêneros, e, claro, outros saberes, então em uma dessas reuniões de orientação expressei o desejo de falar sobre mulheres, feminismos, considerando a aproximação que já tinha tido no passado, mas com abstrações que soavam apenas como um desejo.

Neste instante, a orientadora faz um trabalho de organização destas minhas ideias tão desordenadas, sugerindo leituras de textos e demonstrando o interesse e suas pesquisas

⁴ Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2024).

relacionadas a este tema, até então tão abrangente em minha cabeça. Feminismos, estudos de gênero, educação, política etc. Era preciso estabelecer um assunto, uma temática e uma questão de pesquisa exequível, que produzisse algo de interesse das pesquisadoras, para a comunidade científica e sociedade em geral. Para além das leituras sugeridas pela orientadora, as disciplinas do programa juntamente com as discussões com os pares, colegas de turma, tiveram um impacto na mudança de direção da pesquisa, aliás não apenas na direção, mas na mudança de assunto, tema, resumindo a pesquisa foi reformulada e deixou esta pesquisadora com muita vontade de estudar e pesquisar

Sendo assim, surge esta pesquisa que tratará discussões sobre os conceitos de gênero e feminismos, a representação das mulheres na política estadual em Mato Grosso do Sul, a relação entre os estudos culturais e os estudos de gênero, considerando conceitos vultosos como a interseccionalidade.

1.3 Nem tudo é o que parece: o conceito de interseccionalidade

*Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria mistura a dor e a alegria*

(Maria Maria – Milton Nascimento)

Dentro do escopo dos Estudos Culturais são muitos os autores que discutem a interseccionalidade uma das autoras com bastante destaque neste campo é Patrícia Hill Collins, para ela, a interseccionalidade define como marcadores sociais como gênero, raça, sexualidade ou nacionalidade se interligam para oprimir e produzir injustiças. (Hill-Collins, 1990)

No Brasil, Carla Akotirene (2023) firmou-se como uma importante pesquisadora que tem contribuído significativamente para a discussão sobre interseccionalidade no contexto brasileiro. Seu trabalho se concentra na interseccionalidade de gênero, raça e classe social, entre outros aspectos das identidades sociais.

Na perspectiva de Carla Akotirene (2023), a interseccionalidade é fundamental para entender as complexas dinâmicas de opressão e privilégio que afetam as vidas das pessoas. Ela

argumenta que a interseccionalidade não apenas reconhece a multiplicidade de identidades que uma pessoa pode possuir, mas também analisa como essas identidades se cruzam e interagem para moldar suas experiências de vida.

Desse modo, responder ao questionamento: “como e se marcadores sociais e a cultura local influenciam na participação das mulheres na política e como esta participação (ou não) impacta a vida das diferentes categorias de mulheres, utilizando uma abordagem que interage enfoques feministas e interseccionais dos estudos culturais?”

Para contribuir com a resposta do questionamento acima, é preciso fazer uma análise de como as relações de poder impactam os modos de vida, as produções culturais, a moda, a alimentação, os meios de produção, os impactos ambientais, o direito à moradia e a terra entre outros itens da vida cotidiana. Tais reflexões e análises cabem aos estudiosos do campo dos estudos culturais que poderão analisar e, talvez, subverter tal lógica das classes dominantes.

Para isso utilizaremos referências como Beck & Guizzo (2013), que afirmam que a crítica pós estruturalista pode contribuir para o campo dos Estudos Culturais e Estudos de Gêneros, pois pesquisas desenvolvidas dentro desta vertente geram incertezas, reflexões e dúvidas, podendo tais pesquisas terem seus rumos realinhados sem a necessidade de uma resposta correta e irrefutável para solucionar algo.

Além dos diferentes movimentos feministas é preciso discutir os marcadores sociais como raça, classe e gênero dentro destes movimentos. Uma autora que trata das questões de gênero, feminismo e suas relações com tais marcadores sociais é bell hooks (2023), pois ela desafiou a compreensão social de gêneros masculinos e feminino, ela explorou a maneira como as expectativas de gênero são socialmente construídas e como essas normas afetam a vida das mulheres.

Ainda citando Beck & Guizzo (2013) as décadas de 1960 e 1970 foram um período muito frutífero para a discussão de gênero, identidades e suas relações com o meio social, para eles neste período reforça-se a ideia de que não se nasce homem ou mulher, o meio social através de falas, representações sociais e culturais contribuem para a formação das identidades dos sujeitos.

Ademais, Albuquerque (2020), também reflete sobre a relevância dos estudos feministas para definir o gênero como construção social. Sendo o gênero uma construção social, ele pode ser modificado, é algo mutável, ele é um produto da vida em sociedade.

Considerando que este trabalho está definido dentro do escopo dos Estudos Culturais, além de se discutir e referenciar os diferentes enfoques feministas, interseccionalidade, representações e participações políticas femininas, faz-se necessário dialogar e promover uma reflexão sobre o conceito de cultura⁵ e sua evolução ao longo da história.

1.4 Arranjo, que não é o musical

*Deixa eu me apresentar
Que eu acabei de chegar
Depois que me escutar
Você vai lembrar meu nome*

(Amarelo, azul e branco – Anavitória e Rita Lee)

Nesta parte da dissertação será apresentado a forma como ela irá se desenvolver. Para iniciar o texto apresenta-se estruturado iniciando pelas minhas escrevivências⁶ relatando como o caminho foi desenhado para chegar nesta pesquisa e suas motivações. Seguindo, é apresentado a metodologia utilizada na escrita deste texto, sob a luz dos Estudos Culturais.

Continuando, dentro das pesquisas em Estudos Culturais, é preciso conceituar a Cultura ou Culturas (Veiga-Neto, 2003) para que tenhamos a dimensão de como as sociedades influenciam e são influenciadas por este conceito. A invisibilização das mulheres na sociedade

⁵ Este conceito será apresentado e discutido no subitem 2.1.

⁶ Termo cunhado por Conceição Evaristo. “Para ela, a escrevivência é uma ferramenta que tem mostrado que é possível “desviar a flecha” da violência atemporal do racismo, do sexismo e de outras linhas de opressão que atravessam corpos e subjetividades negras” (Herminio, 2022). Embora, não seja uma mulher negra, aqui empresto termo de Evaristo para dar voz a uma história de não ficção que, possivelmente, atravessa a vida de outras mulheres. “A escrevivência não é a escrita de si, porque esta se esgota no próprio sujeito. Ela carrega a vivência da coletividade” (Herminio, 2022).

e conseqüentemente na política e na vida pública de forma geral, é outro ponto para discussão neste trabalho.

Na sequência, é feito um resgate histórico da separação entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Acrescentando à discussão as formas de manutenção do poder pelos oligarcas nesta “despretensiosa” divisão dos territórios. São apresentados os personagens desta parte da história sul-mato-grossense, quem foram os políticos presentes na separação e como eles influenciam a política estadual até os dias atuais.

No próximo capítulo a ser apresentado, é feito um levantamento de todas as mulheres eleitas para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS) desde a separação do estado até a 12ª legislatura (2023-2027), além da relação das parlamentares será apresentada uma análise dos marcadores sociais que compõem estas mulheres.

Como as leis criadas para as mulheres afetam diretamente os seus cotidianos, na sequência deste trabalho, é feita uma relação das leis criadas para este grupo da sociedade sul-mato-grossense e apresenta sua organização nos meios oficiais de comunicação da ALEMS.

No capítulo final, apresenta-se a conclusão deste trabalho e sua reitera a importância deste estudo para as mulheres sul-mato-grossenses e as mulheres brasileiras, trazendo luz sobre a necessidade das representações múltiplas e diversas no campo da política e vida pública.

1.5 “Tijolo com tijolo num desenho mágico”: metodologia

*Subiu a construção como se fosse máquina
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas
Tijolo com tijolo num desenho mágico
Seus olhos embotados de cimento e lágrima*

(Construção – Chico Buarque)

A metodologia é algo inerente a qualquer pesquisa independente do campo em que ela é realizada. Os Estudos Culturais surgem da necessidade de subverter a lógica cátedra de se explicar e compreender os fenômenos culturais e sociais.

Os Estudos Culturais (EC) vão surgir em meio às movimentações de certos grupos sociais que buscam se apropriar de instrumentais, de ferramentas conceituais, de saberes que emergem de suas leituras do mundo, repudiando aqueles que se interpõem, ao longo dos séculos, aos anseios por uma cultura pautada por oportunidades democráticas, assentada na educação de livre acesso. Uma educação em que as pessoas comuns, o povo, pudessem ter seus saberes valorizados e seus interesses contemplados. O projeto inicial dos Estudos Culturais britânicos⁴ era "um projeto de pensar as implicações da extensão do termo 'cultura' para que incluía atividades e significados das pessoas comuns, esses coletivos excluídos da participação na cultura quando é a definição elitista que a governa" (Barker & Beezer, 1994, p. 12)⁵ (Costa, Silveira e Sommer, 2003).

Dessa maneira, as pesquisas realizadas dentro deste campo não poderiam ser diferentes, ou seja, a metodologia aplicada não precisa de uma forma rígida, é possível “escapar das amarras das grandes metanarrativas de realizar uma pesquisas sem ter que ‘aplicar’, ‘traduzir’, interpretar’, uma teoria, como tradicionalmente se faz ao realizar um trabalho dessa natureza.” (Costa, 2005).

Como afirma o excerto acima escrito por Jociane Rosa de Macedo Costa (2005), no capítulo: Redesenhando uma pesquisa a partir dos Estudos Culturais, presente no livro Caminhos Investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras, organizado por Marisa Vorraber Costa⁷ e Maria Isabel Edelweiss Bujes, a pesquisa quando feita dentro do campo dos Estudos Culturais: “[...] desse lugar, as reflexões se dão em outra perspectiva, não sendo mais adequado falar em teorias, mas em discursos, textos, análises, bocados que, articulados com nossos temas de pesquisa, ajudam a compor as nossas próprias reflexões.” (Costa, 2005).

Costa (2005), cita no seu texto que sua pesquisa foi tomando forma, sem que tivesse um modelo, uma metodologia preestabelecida, sua pesquisa deu-se de sua interação com o seu objeto de pesquisa, que lhe abriu diversas possibilidades.

No entanto, Alfredo Veiga-Neto alerta:

(...) então boa parte do que está sendo produzido no campo da pesquisa educacional não parte de teoria nem institui alguma nova teoria. Isso em si não é problemático; não significa, absolutamente, uma crise da teorização, mas uma crise do paradigma⁶.

⁷ Na década de 1990, junto à Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro, Alfredo Veiga-Neto, Rosa Maria Hessel Silveira, Maria Lúcia Castagna Wortmann e Norma Marzola, Marisa Vorraber da Costa foi uma das responsáveis em trazer os Estudos Culturais com ênfase na Educação para o Brasil (Wortmann, Santos e Ripoll, 2019).

Para aqueles que, seguindo estritamente a paradigmatologia kuhniana, vêem as ciências duras como exemplos do que consideram ser a boa ciência, tal crise parece um retrocesso. Mas nosso entendimento pode ser outro, de modo que mesmo a crise do paradigma não é, em si, nada a lamentar —e, talvez, até mesmo o contrário... Mas, por outro lado, é preciso reconhecer que tal crise tem significado, em muitos casos, a abertura para um tipo de pesquisa e atividades acadêmicas que correm o risco de cair no relativismo epistemológico do “tudo vale” e, em consequência, de cair na falta de rigor, no achismo, na mesmice, no senso comum, na literatice⁷ (Veiga-Neto, 2005).

Sendo assim, as pesquisas no campo dos Estudos Culturais podem ir criando possibilidades ao interagir com os “objetos de pesquisa⁸”. Na verdade, fica mais adequado dentro deste campo substituir o termo “objeto de pesquisa” por “problema de pesquisa”, apesar do segundo termo não ter sido cunhado por Stuart Hall e Raymond Williams, estes grandes autores dos Estudos Culturais, afirmam que o problema de pesquisa é sempre contextual e histórico, que as narrativas envolvendo os problemas sociais, culturais e políticos precisam ser investigadas, ou seja, das práticas cotidianas, das observações de fenômenos sociais como questões de raça, gênero, classe social e outros marcadores surgem os problemas de pesquisa dentro dos Estudos Culturais.

Dessa maneira, esta pesquisa inicia-se com a ideia de que seja realizada uma abordagem de análises de documentos oficiais, como os presentes no site da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, no site do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS) e em outros locais de divulgação oficial de informações.

No entanto, ao desenrolar o problema de pesquisa pode-se observar que apenas os veículos de comunicação oficial não seriam suficientes para trazer os dados necessários para contextualizar esta pesquisa.

Dessa forma, foram analisadas entrevistas que as parlamentares deram para veículos de imprensa sul-mato-grossense, como os jornais Correio do Estado, Folha de Dourados e outros sites de notícias. Além dos veículos de imprensa oficiais e tradicionais as redes sociais oficiais

⁸ Para os Estudos Culturais o objeto de pesquisa não é algo fixo ou imutável, é uma construção social na qual o pesquisador pode fazer parte, ou seja, não há pesquisa neutra.

das mulheres parlamentares analisadas também serviram como fonte de informação para delinear esta pesquisa. Modificando assim, a ideia inicial de metodologia da pesquisa sugerida.

1.6 “Na mosca” - Objetivo Geral da Pesquisa

*De tanto levar frechada do teu olhar
Meu peito até parece sabe o quê?
Táubua de tiro ao Álvaro
Não tem mais onde furar
(Não tem mais)
Tiro Ao Álvaro (part. Adoniran Barbosa) – Elis Regina*

Investigar como e se marcadores sociais e a cultura local influenciam na participação das mulheres na política e como esta participação (ou não) impacta a vida das diferentes categorias de mulheres, utilizando uma abordagem que interage enfoques feministas e interseccionais dos estudos culturais.

Para que esta pesquisa tenha uma delimitação e quem a leia saiba exatamente ao que se propõe é preciso delimitar os objetivos específicos e ao longo dos capítulos eles serão apresentados e discutidos, tais objetivos são:

Objetivos específicos:

- Realizar um resgate histórico sobre a representação feminina na política de Mato Grosso do Sul (1977).
- Elencar os marcadores sociais, (raça, classe social, orientação sexual e identidade de gênero) presentes nas mulheres que foram eleitas para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS).
- Relacionar as Leis criadas para as mulheres no estado de Mato Grosso do Sul.

A partir, destas delimitações a leitura desta dissertação vai tomando forma e conduzindo o leitor as reflexões e análises propostas por esta pesquisa, envolvendo os conceitos essenciais dentro dos estudos culturais com os dados encontrados, fazendo com que a pesquisa tenha sentido acadêmico e relevância científica.

Apesar de, no subitem anterior 1.5, tratarmos da metodologia nas pesquisas em estudos culturais não ser tão rígida e delimitada como as pesquisas tradicionais, faz-se necessária esta delimitação dos objetivos geral e específicos para que os leitores deste trabalho tenham a exatidão do que será discutido nesta pesquisa.

2 LONGE DOS OLHOS E DO CORAÇÃO: UM RESGATE HISTÓRICO DO CONCEITO DE CULTURA E A INVIBILIZAÇÃO FEMININA

Neste capítulo faz-se necessária a discussão do conceito de cultura e suas modificações ao longo da história considerando os diferentes autores e suas contribuições para o entendimento deste importante conceito dentro do campo dos Estudos Culturais.

Outro tema que se faz necessária a discussão dentro desta pesquisa é a invisibilização feminina na vida pública, seu histórico, impacto nas democracias e como a cultura influencia essas participações (ou não) das mulheres na política.

Ao decorrer deste capítulo, será possível, concluir que as mulheres quase não participam da vida pública e quando o fazem são violentadas, esquecidas ou meras peças de manipulação dos homens que dominam a vida política e pública. Então, estas mulheres têm o poder e a participação política longe de si, dos olhos e do coração.

2.1 Iluminado o futuro: historicidade do conceito de cultura

*O potrinho é o bezerro da égua
A batalha é o começo da trégua
Papagaio é um dragão miniatura
Bactérias num meio é cultura*

(Cultura – Arnaldo Antunes)

O campo dos Estudos Culturais tem sido constantemente associado à valorização de todas as formas e expressões culturais, enfatizando a forma como a vida das pessoas e as estruturas sociais estão articuladas e organizadas pela cultura. Notadamente os estudos conduzidos por Raymond Williams, ao final dos anos 1950, bem como por outros autores associados à emergência deste campo na Grã-Bretanha, tais como Edward Palmer Thompson e Richard Hoggart, abandonam a consagrada dicotomização até então estabelecida entre as produções que pertenciam à alta cultura (acesso a museus, música erudita, exposições de arte, literatura clássica) e a baixa cultura (produções das camadas populares, materializada nas atividades públicas que atingiam um número grande de pessoas) (Hall, 1997).

A velha distinção que o marxismo clássico fazia entre a “base” econômica e a “superestrutura” ideológica é de difícil sustentação nas atuais circunstâncias em que a mídia é, ao mesmo tempo, uma parte crítica na infraestrutura material das sociedades modernas, e, também, um dos principais meios de circulação das ideias e imagens vigentes nestas sociedades (Hall, p. 17, 1997)

Ao aproximar o campo epistemológico dos Estudos Culturais ao objeto de pesquisa Maria Elisa Cevalco (2003) em “Dez lições sobre Estudos Culturais”, nos traz a noção de que o conceito de cultura tem sido debatido de forma generalizada, o que revela o quão complexo e rico é a amplitude do termo. Segundo Cevalco (2003, p. 09-10) as versões sobre cultura eram da seguinte forma:

A palavra “cultura” entrou na língua inglesa a partir do latim *colere*, que significava habitar - daí, hoje, “colono” e “colônia”; adorar - hoje com sentido preservado em “culto”; e cultivar - na acepção de cuidar, aplicado tanto à agricultura quanto aos animais. Esta é a acepção preponderante no século XVI. Como metáfora, estendeu-se ao cultivo das faculdades mentais e espirituais. Até o século XVIII, cultura designava uma atividade, era atividade de alguma coisa. Foi nessa época que, ao lado da palavra correlata “civilização”, começou a ser usado como um substantivo abstrato, na acepção não de um treinamento específico, mas para designar um processo geral de progresso intelectual e espiritual tanto na esfera pessoal como na social – o processo secular de desenvolvimento humano, como em cultura e civilização europeia [...] “Cultura” e “civilização” são palavras a um só tempo descritivas (como em civilização asteca) e normativas: denotam o que é, mas também o que deve ser (basta pensar no adjetivo ‘civilizado’ e seu oposto, “bárbaro”), [...] Uma das coisas que ficam evidentes nesse apanhado rápido das mudanças de significado de cultura é que o sentido das palavras acompanha as transformações sociais ao longo da história e conserva, em suas nuances e conotações, muito dessa história. Na Inglaterra dos anos de 1950, momento de estruturação da disciplina de estudos culturais, o debate sobre a cultura parece concentrar muito do sentido de mudança em uma sociedade que se reorganiza no segundo pós-guerra (Cevalco, 2003, p. 09-10).

Como citado no excerto acima ainda na primeira lição a autora faz um resgate histórico e contextualiza o surgimento da disciplina estudos de cultura nos departamentos de humanidades, ela cita que a cultura em maior ou menor grau sempre é estudada por essa área.

Segundo em seu texto Cevalco (2003) faz uma análise do livro *Culture and Society, 1780-1980*, de 1958 escrito por Raymond Williams. Nesse trabalho, segundo a autora, ele faz um resgate histórico do conceito de cultura que se relaciona diretamente com a sociedade em que está inserida a discussão.

Segundo Cevalco (2003), Williams apresenta exemplos dicotômicos sobre a mesma realidade, ou seja, a crítica ocorre sob diferentes pontos de vista, porém o objeto a ser criticado é o mesmo. Nesse livro de Williams fica evidenciado a “tradição inglesa de debate sobre a qualidade da vida social: de diferentes pontos de vista políticos, os pensadores agrupados nessa

tradição vão construindo um discurso de crítica em relação à nova sociedade industrial” (Cevasco, 2003).

Sendo assim, para Willians (2015) a cultura era algo produzido por todos e pertencentes a todos. Para Willians, Thompson e Hoggart o olhar da classe trabalhadora sobre a cultura deveria ser considerado. Sendo Willians e Hoggart emergentes da classe trabalhadora e posteriormente bolsistas do curso de letras colocaram-nos numa posição para que pudessem falar e compreender a necessidade da classe trabalhadora produzir e consumir cultura.

Posteriormente, em sua sexta lição Cevasco, traz luz a dois paradigmas dos estudos culturais o culturalista e o estruturalista. “O primeiro é representado pelos fundadores, que veriam a cultura como um todo social, um instrumento de descoberta, interpretação e luta social. Os estruturalistas buscavam na cultura a manifestação de dados estruturais de uma sociedade” (Cevasco, 2003).

Essas definições, novos estudos e disciplinas emergem num período de capitalismo tardio, nos anos de 1960, em que os meios de comunicação em massa estavam reorganizados com o objetivo de propagar o sistema vigente.

Dessa forma, o texto traz diversas definições e análises de estudiosos do campo dos estudos culturais, os culturalistas defendiam que a experiência era a base da construção da cultura e que a consciência e a cultura eram construções coletivas.

Já os estruturalistas, na representação de Louis Althusser, que foi um dos pensadores estruturalistas mais influente desse movimento, “desconfia de uma experiência sem mediação” (Cevasco, 2003, p. 100), para eles as pessoas não são sujeitos e nem autores dos processos sociais, mas são produtos do meio que estão inseridas, ou seja, o modo de produção é o que as determina.

Stuart Hall (1997) também versa sobre o paradigma culturalismo e estruturalismo. Além dessas duas correntes Hall (1997) pontua que o feminismo chegou para redirecionar o que estava sendo debatido na área dos estudos culturais. O autor cita Sheila Rowbotham e Juliet Mitchell, a primeira escreveu sobre a recuperação das vozes silenciadas pelo patriarcado e a segunda, utilizando-se fortemente dos conceitos estruturalistas, embasou o desenvolvimento do socialismo feminista. Mitchell analisou o papel da mulher na própria emancipação, para ela as

mulheres deveriam ingressar no mercado de trabalho e apenas assim elas modificariam as quatro estruturas: a de produção, econômica, do sexo e da socialização das crianças.

Hall (1997) elucida ao menos quatro contribuições do feminismo para os estudos culturais, a primeira dela é uma mudança nos objetos de estudo e a forma de organizá-los, segundo expansão no entendimento sobre o poder, que deixa de ser apenas algo relacionado ao domínio público, terceiro a centralidade sobre questões sobre gênero e sexualidade e sua relação com o poder e quarto o retorno da preocupação com o sujeito e a subjetividade na disciplina. Nessa ampliação das discussões surge um quinto movimento o da aproximação da psicanálise, que fica exemplificada na obra de Mitchell.

Outro ponto que modifica os rumos das discussões na academia são as questões relacionadas a raça, a autora cita e explica como tais questões passam a fazer parte e a influenciar os debates teóricos da disciplina (Cevasco, 2003).

Na ótica de Cevasco (2003) para Williams era preciso se opor ao modo de ver idealista da cultura que persistia em pensá-la como domínio separado da vida concreta. Portanto, o significado da palavra era tomado como produto separado da vida comum.

Em contraste a essa concepção, Williams se apropriou da noção, antes mais recorrente em antropologia, de cultura como um modo de vida justamente para demonstrar que se trata de algo comum a toda a sociedade, que inclui, além das grandes obras – modos de descoberta e de criação – os significados e valores que organizam a vida comum (Cevasco, 2003, p.110).

Dessa forma, se no capitalismo o que se tem valor é o que produzido e a cultura pode ser posta como “força produtiva, o materialismo cultural coloca-a no mundo real, como consciência tão prática quanto a linguagem em que é veiculada e interpretada” (Cevasco, 2003).

Para Williams, a cultura está relacionada à processos de dominação e controle. O uso dos meios de comunicação para conseguir tal controle fica evidente na organização social que se tem atualmente, é possível exemplificar essa dominação a partir da hegemonia da cultura estadunidense, que dita a uma boa parcela do mundo o que vestir, assistir, ouvir, gostar, enfim o estilo de vida norte americano é o único possível e aceitável de se ter.

Para finalizar o entendimento sobre o materialismo histórico Cevasco traz:

Para o materialismo cultural, a linguagem e a comunicação são forças sociais formadoras, em interação com as instituições, formas, relações formais, tradições. Trata-se de uma teoria da cultura como um processo produtivo, material, social e das

práticas específicas (as artes) com usos sociais de meios materiais de produção (Cevasco, 2003, p.116).

Outro autor que trata do entendimento do termo cultura é Edward Palmer Thompson (1998), em seu livro *Costumes em comum*, já no primeiro capítulo da obra versa sobre o termo costume, sua relação com a cultura e como isso apresentou-se na cultura dos trabalhadores do século XVIII e XIX.

O autor relata que no século XVIII houve um declínio dos costumes, assim como da magia e das superstições, havia um movimento para reformar a cultura, nessa reforma a escrita passou a ser mais significativa que tradição oral. A cultura, no referido século, há uma separação entre a cultura da plebe e da patrícia.

Thompson (1998) citou que Peter Burkle afirmou que esse movimento ocorreu em toda a Europa e como consequência dele houve o surgimento do folclore. Com este advento as classes dominantes começaram a “estudar” e classificar como ritos e hábitos estranhos os costumes dos menos abastados.

Atualmente, discute-se o que é cultura e por muitas vezes as manifestações das camadas mais populares são colocadas como subcultura, costume ou folclore, enquanto o que é dito erudito é classificado como cultura. Ou um povo não baseado no modo de vida ocidental ou norte-americano são subdesenvolvidos culturalmente, essas questões são claras na nossa sociedade.

Continuando nas definições e estudos sobre a evolução do conceito de cultura, Ferreras (1999), faz uma análise da obra de E.P. Thompson e seus críticos, nela o autor afirma que Thompson procurava “metáforas” para substituir o termo “base-superestrutura” e a definição de classe para o autor. Thompson escrevia sobre o ambiente ao qual ele pertencia, a classe trabalhadora:

Nesta procura de uma mediação possível, Thompson achou na **experiência** a solução prática para analisar comportamentos, condutas e costumes na sua relação com a cultura - na realidade com culturas específicas - com conteúdo de classe, histórica e geograficamente datados - a classe operária ou os trabalhadores rurais na Inglaterra do século XVIII e do início do XIX. A experiência aparece recorrentemente na sua obra, denotando tempo e, portanto, dando à classe uma dimensão histórica. Classe é, para Thompson, um fenômeno histórico composto por uma multidão de experiências em relação umas com as outras e, num constante fazer-se, e não uma categoria analítica ou estrutural, (Thompson, 1987: 11 e 12) (Ferreras, 1999, p.311).

Para Thompson a experiência poderia explicar a sociedade, contrapondo-se a rigidez de modelos estruturalistas. Thompson além de escrever, fazer parte da academia, também foi um ativista nas lutas sociais contra os sistemas hegemônicos postos em sua contemporaneidade.

Raymond Willians (2015), em sua obra *Recursos da Esperança – cultura, democracia, socialismo*, lança luz ao conceito de “a ideia de uma cultura comum”, ele cita alguns exemplos de sua vida o que fizeram refletir e significar o termo cultura, para ele que era advindo da classe trabalhadora a cultura apresentou-se na forma da educação e da literatura, mas isso perpassou pela desigualdade. A cultura, para ele, merece ser discutida e refletida, pois ela revela classes promovendo divisões entre os homens.

Nesta obra, Willians menciona a mudança de seu próprio entendimento sobre cultura. Em suas obras anteriores os termos “comunidade de sensibilidade” e comunidade de processo” utilizados para falar sobre cultura não são mais aceitáveis para tal discussão.

Até então o debate sobre cultura estava centrado na qualidade de vida e produção material de determinados grupos dominantes, as definições postas era a partir de uma ótica social inglesa.

Ainda nessa obra ela analisa as definições de cultura de três autores contemporâneos Eliot, Levis e Marx e ele encontra reveses em todas as três. Para ele era necessária uma análise alternativa uma análise do que era ordinário, do comum (Willians, 2015).

Sendo a cultura analisada e estabelecida como algo de todos, que não pertence a uma classe, a um grupo específico de sujeitos, para a cultura além do povo que a produz e consome também se relaciona com o tempo e localização geográfica nos quais esses indivíduos estão inseridos. A cultura pode ser uma construção individual e coletiva, ele utiliza a língua como exemplo de uma construção coletiva, todos podem produzir significados e valores.

Para finalizar sua obra Willians faz uma crítica aos que julgam a cultura comum e reafirma a indispensabilidade da participação e contribuição de todos no processo de construção (Willians, 2015).

Nesse processo comum, só tem valor absoluto a preservação de canais e instituições de comunicação transparentes, de modo que todos contribuam e sejam ajudados a contribuir. Se for assim, então não parece cabível o desvario que alguns críticos tiveram de que uma cultura

comum seria uma cultura uniforme e conformista, nem o temos que alguns amigos exprimiram de que uma cultura comum seria evidentemente inatingível porque é impossível que um grande número de pessoas estejam de acordo. Falando de uma cultura comum, reivindica-se precisamente esse processo livre, contributivo e comum de participação na criação de significados e valores, como tentei defini-lo (Willians, 2015, p.57).

Posteriormente as leituras e discussões realizada acerca do conceito de cultura é possível concluir que o próprio conceito em si sofre modificações de acordo com o tempo e com o estudioso que o define.

Ademais, a compreensão sobre cultura não se modifica apenas de acordo com o teórico que a define, mas também se transforma na definição de um mesmo autor, como aconteceu com o entendimento de Willians sobre o tema, com o passar do tempo e das experiências que ele presenciou.

Sendo assim, o estudo da evolução do conceito de cultura é de extrema importância para compreender de onde surge e para onde está a caminhar o campo dos estudos culturais, não é possível definir sujeitos, classes, sociedade sem passar pelo entendimento de cultura.

2.2 “Não faça isso, você é uma mocinha...” a invisibilidade e as violências sofridas pelas mulheres na vida pública

*Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Vivem pros seus maridos
Orgulho e raça de Atenas*

(Mulheres de Atenas – Chico Buarque)

Neste ponto, torna-se necessário discutir a cultura da invisibilização da mulher na sociedade contemporânea, Guacira Lopes Louro traz luz para esta discussão, para Louro a invisibilização das mulheres é uma questão estrutural e sistemática, ligada às dinâmicas de poder que marginalizam suas experiências e vozes. A autora enfatiza a necessidade de reconhecer e desafiar essas estruturas para promover uma representação mais equitativa e inclusiva (Louro, 2000).

Ainda para Louro a escola tem responsabilidade sobre a perpetuação desta dominação do masculino e a subordinação do feminino. Em seu livro *O corpo educado* ela traz suas memórias enquanto estudante da escola básica, ela cita que se lembra de ser ensinada a ser calma, culta, a pedir desculpas e a falar baixo, para Louro a escola reproduz padrões ditos “normais”.

No cotidiano escolar precisa-se que os uniformes, os estudantes, os professores, ou seja, toda a estrutura escolar deve seguir uma normativa, algo que seja aceitável para sociedade que quer dominar (e domina) corpos, pensamentos e desejos.

A escola é um recurso extraordinário para as classes dominantes para a perpetuação e reforço da cultura da invisibilização das mulheres, seja nos livros didáticos com o apagamento da história e contribuição das mulheres nas ciências, história e todas as contribuições acadêmicas seja nos comportamentos esperados para meninos e meninas.

Aqui o texto te levará a uma reflexão caso você seja uma leitora mulher cisgênero deste texto aposto que durante sua vida escolar (ou fora dela) você já ouviu frases como: “Fulana, não faça isso você é uma mocinha” “Fulana, comporte-se você é uma mocinha” sempre trazendo um comportamento normativo de que meninas precisam ser quietas, calmas, não podem correr ou falar alto, estes não são comportamentos “normais” ou aceitáveis para uma “mocinha”.

Sendo assim, a reflexão que Louro nos traz em sua obra é de suma importância para compreender como as instituições marginalizam, excluem, tornam invisíveis, moldam comportamentos e pensamentos para as mulheres serem submissas e aceitar determinadas condições que perpetuam e mantêm as classes dominantes no poder, estas classes dominantes continuam falando e impondo-se como norma.

Com isso, cabe a nós mulheres compreendermos estes traços de dominação e subverter tal lógica, isso será possível com uma educação libertadora e feminista, que abrangerá meninos e meninas, pois os meninos também são vítimas deste patriarcado que impõe como eles devem se comportar. Perpetuando assim uma cultura machista na qual mulheres e homens sofrem com os papéis que lhes são permitidos.

Na vida pública as mulheres sempre foram excluídas e até mesmo proibidas de participarem. A escola é um ambiente de opressão e perpetuação do patriarcado, mesmo com todas as diretrizes dizendo que todos são iguais, que se deve considerar as diversidades e

saberes. Na vida pública e política, talvez, estas exclusões, opressões e violências fiquem ainda mais evidentes.

Desde a permissão para votar, em 1932, as mulheres seguem sub-representadas na política brasileira, mesmo com o sistema de cotas que estabelece que os partidos devam reservar, no mínimo, 30% das vagas das candidaturas para as mulheres exista há quase 30 anos, desde o ano 1996 (Macedo, 2006) poucas são aquelas que são eleitas para cargos legislativos e executivos em qualquer esfera do poder público (municipal, estadual ou federal).

Mesmo ao conseguir o direito a candidatar-se e, talvez, quem sabe o privilégio de ser eleita o caminho para as mulheres é muito mais difícil. Segundo um levantamento do IBGE de 2019:

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019, apontam que 85% do **trabalho do cuidado** é feito por **mulheres**. Eles ainda mostram que o público feminino gasta 21 horas semanais no trabalho do cuidado, enquanto os homens gastam 11 horas na atividade no mesmo período, quase a metade do tempo (ALMG, 2024).

Além das jornadas que envolvam o cuidado para com o outro, seja, filhos, maridos, mães, pais, tios ou avós ocuparem muito tempo das mulheres quando estas decidem dedicar-se a vida pública as violências contra elas são enormes.

Em seu livro “Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil” Manuela D’Ávila relata as violências que sofreu durante sua campanha a vice-presidente do Brasil em 2018 ao lado de Fernando Haddad. Além de suas experiências Manuela conta história de outras mulheres na vida pública.

A época Manuela sofreu diversas violências como ameaças de morte, fake News e ataques virtuais dos mais violentos, D’Ávila colocou um holofote sobre as violências sofridas pelas mulheres que optam pela vida pública e no livro ela relata estes tipos de violências.

Este livro lançado em 2022, traz além dos relatos D’Ávila faz reflexões críticas de como tais violências afastam as mulheres da política. Tais violência afetam diretamente a representatividade feminina nos cargos eletivos. A autora ainda enfatiza que a luta para combater tais violências devem ir para além dos partidos políticos, a luta deve ser de todos. E por fim, D’Ávila traz sugestões para enfrentar estas violências como a necessidade de políticas públicas, legislação específica e maior conscientização da sociedade (D’Ávila, 2022).

Ocupar espaços de poder faz-se necessário para as mulheres, apenas assim será possível vislumbrar uma luta equânime contra o patriarcado e sistema político atual que exclui as mulheres. Somente numa luta coletiva as mulheres superarão a barreira imposta entre elas e as vidas pública e política.

Considerando o estado de Mato Grosso do Sul tais violências e invisibilidades não seriam diferentes do restante do país, podendo estas serem responsáveis pelo afastamento das sul-mato-grossenses da política. Dessa maneira, é preciso compreender em que bases políticas o estado de Mato Grosso do Sul foi criado e como e quais mulheres conseguiram chegar ao poder, estas problemáticas serão discutidas no próximo capítulo.

3 É MATO GROSSO... DO SUL

*“Há muito tempo dividido e documentado
E grite bem alto
É o meu Mato Grosso do Sul
Do Sul, do Sul”*

(Meu Mato Grosso do Sul – Alma Serrana)

Neste capítulo, realizar-se-á um resgate histórico sobre representação política das mulheres eleitas para a assembleia legislativa de Mato Grosso do Sul. Para isso, o resgate da história de fundação do estado deve ser considerado, a fim de compreender em que base política este estado criou-se.

Além do resgate histórico da representação política das mulheres nas legislaturas como deputadas estaduais, este resgate será feito sob as lentes das teóricas bell hooks e Maria Lugones, que tratam em suas obras da importância de considerar as diferentes categorias de mulheres, as diferentes classes sociais, as diferentes raças e como estas análises impactam nas escolhas políticas de Mato Grosso do Sul, revelando-se a estrutura de poder deste estado.

Sob a ótica de Guacira Lopes Louro, Michel Foucault e Edward P. Thompson a análise será feita acerca das relações de poder, domínio e subordinação dos corpos, representações, realidade e hábitos e como estas definições impactam na vida dos sul-mato-grossenses.

3.1 Quando o amor acaba

*“É pra Ponta Porã?
Cunhataiporã chero rai rô
É pra Corumbá?
É lá que eu vou pegar um barco
E descer o rio Paraguai
Cantando as canções que não se ouvem mais
E descer o rio Paraguai
Cantando as canções que não se ouvem mais”*

(Cunhataiporã – Tetê Espíndola -composição: Geraldo Espíndola)

Para começar é preciso compreender a formação do estado de Mato Grosso do Sul. Anteriormente, o estado de Mato Grosso compreendia o que hoje conhecemos como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, dois territórios que juntos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possuem uma área de 1.260.350,443km², sendo as áreas dos territórios iguais a 903.208,361km² e 357.142,082km², respectivamente (Brasília, 2022). A Figura 1 mostra um mapa feito pelo IBGE em 1970, antes da separação dos dois estados.

Figura 1: Mapa do Mato Grosso em 1970



Fonte: IBGE, 2019.

Para se ter ideia da imensidão dos territórios pode-se fazer a comparação destes estados brasileiros com países do mundo, segundo a Revista Galileu, pertencente ao grupo Globo, o estado de Mato Grosso tem o tamanho equivalente ao país vizinho Venezuela, enquanto Mato Grosso do Sul possui um território poucos km² menor que a grande potência econômica europeia Alemanha (Alencar, 2022).

Considerando os dados acima, é fácil inferir que o então uno Mato Grosso era um espaço geográfico muito grande, que segundo Machado (2020), possuía enormes dificuldades de

comunicação e transporte. Esta grandiosidade provocou o surgimento das regiões norte e sul de Mato Grosso, as diferenças impostas por esta vastidão de território incitou a partir do final do século XIX movimentos separatistas, os quais possuíam como personagens diferentes oligarcas que queriam chegar ao poder ou permanecer nele. Dessa forma, é preciso dizer que os movimentos separatistas foram descontínuos, não lineares, passaram por mudanças, foram esquecidos e retomados, mas em 1977 isso mudou.

Segundo Lugones (2018), as estruturas de poder querem dominar o sexo, o trabalho, a autoridade coletiva e a subjetividade/intersubjetividade e na formação do estado de Mato Grosso Sul isso não foi diferente, os comandantes em exercício tinham por objetivo manterem-se no poder subjugando aquelas/aquelas não faziam parte do grupo.

Dessa maneira, para Lugones (2018), os dominadores desde o período da colonização das Américas pretendem (e conseguem) dominar o sexo este domínio versa sobre a criação de normas de gênero e sexualidade, a fim de manter a subordinação e controle dos povos. Dominar o trabalho desde o tempo dos colonizadores a divisão do trabalho fora baseado na raça e etnia, para justificar trabalhos exploratórios era preciso desumanizar os colonizados e para os dias atuais ela afirma que economia global favorece os poderes coloniais.

Ainda sob a ótica de Lugones (2018), a organização da forma de governar o estado (e o Brasil) estava e está em consonância com o modelo hierárquico europeu, que contrasta com os governos baseados na participação comunitária, nos quais o poder distribuído e compartilhado e existiam nas Américas antes da chegada dos europeus.

Por fim, a dominação subjetividade/intersubjetividade que representa como os indivíduos se veem e como se relacionam com os outros fez e faz parte do modelo de governo no nosso país. O processo de racialização, apagamento das culturas e conhecimentos corroboram para a dominação de sujeitos, tornando-os subordinados a um sistema ou grupo de pessoas, neste caso os oligarcas sul-mato-grossenses.

Nestes modelos de ascensão ou manutenção do poder na data de 11 de outubro de 1977 desembarcou em Brasília, a capital federal, diversas lideranças do sul de Mato Grosso para acompanhar a assinatura da Lei Complementar 31, de 11 de outubro de 1977, a lei foi assinada pelo então presidente Ernesto Geisel. Assim, por desmembramento da área de Mato Grosso,

surge uma nova unidade da federação, o estado de Mato Grosso do Sul. (Mato Grosso Do Sul, 2024).

Na *Figura 2* é possível ver o momento da assinatura da Lei Complementar 31, pelo presidente Ernesto Geisel, ao redor estão os integrantes dos movimentos separatistas do Sul, apesar da imagem ser em preto e branco e possuir pouca definição pode-se afirmar, que ao menos na imagem, não tem nenhuma mulher presente.

Figura 2: Momento em que Geisel assina a lei de criação do estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Machado (2020)

Além da ausência feminina na *Figura 2* os integrantes do movimento separatista do Sul, não representavam o povo sul-mato-grossense, com o discurso de que o sul era preterido por Cuiabá, os oligarcas do sul queriam mais eram maneiras de manterem-se no poder e ter mais oportunidades de dominação de territórios e corpos, isto fica evidente quando as notícias de jornais da época demonstram a surpresa da *população* com a separação dos estados, apenas as elites participaram e souberam que a divisão ocorreria (Machado, 2020).

Neste momento, sob a luz de Foucault, pode-se compreender que o momento da separação dos estados representou um instante de demonstração de poder de uma classe dominante. Para o autor o poder se exerce sobre os corpos, moldando e disciplinando-os de acordo com normas sociais e políticas específicas. Então, para os oligarcas da época, era importante que as normas sociais e políticas permanecessem as mesmas, dessa forma eles continuariam em suas posições de poder (Foucault, 2016).

Considerando os corpos femininos, em particular, têm sido sujeitos a formas específicas de disciplina e controle, refletindo expectativas de comportamento e aparência que perpetuam desigualdades de gênero. Neste momento histórico, por exemplo, as mulheres foram completamente excluídas, pois a política não era um local para elas.

Foucault ainda sugere que o poder opera não apenas através de instituições políticas, mas também através de práticas cotidianas que regulam os corpos e as ações das pessoas. Assim, as mulheres são frequentemente disciplinadas para se conformarem a padrões que limitam sua liberdade e autonomia, mantendo-as em posições subordinadas na sociedade.

Essas práticas de poder são fundamentais para entender como a política e a sociedade moldam as experiências das mulheres, controlando e disciplinando seus corpos de maneiras que reforçam estruturas de dominação e subordinação.

Prosseguindo na análise do processo de criação do estado, a lei de criação de Mato Grosso do Sul determinava que os deputados constituintes seriam eleitos nas eleições gerais de 15 de novembro de 1978 e passariam de constituintes à função de legisladores assim que a constituição estadual fosse promulgada, até tal feito ocorrer o governador expediria decretos-lei como forma de governança (Mato Grosso do Sul, 2024).

Em 31 de março de 1978, o governador Harry Amorim Costa foi escolhido e indicado ao cargo pelo presidente Ernesto Geisel, mas ele tomou posse apenas em janeiro de 1979, até esta data Mato Grosso do Sul já existia legalmente, porém o estado continuou sendo governado por José Garcia Neto, que possuía sua sede de governo em Cuiabá – Mato Grosso.

Ainda no ano de 1978, em 15 de novembro juntamente com as eleições gerais em todo o Brasil, os dezoito deputados constituintes sul-mato-grossenses foram eleitos. Para o governo Geisel, era interessante mais uma unidade da federação que o apoiasse, que apoiasse a ditadura militar, então a criação deste novo estado poderia aumentar base do governo militar.

Naquela que seria a primeira escolha dos sul-mato-grossenses os nomes eleitos foram: pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), Alberto Cubel Brull, Ary Rigo, Horácio Cezósimo de Souza, Londres Machado, Osvaldo Ferreira Dutra, Paulo Roberto Capiberibe Saldanha, Ramez Tebet, Rudel Espíndola Trindade, Valdomiro Alves Gonçalves, Walter Benedito Carneiro e Zenóbio Neves dos Santos. Pelo Movimento Democrático Nacional (MDB), foram eleitos: Cecílio de Jesus Gaeta, Getúlio Gideão Bauermeister, Odilon Massahitsi Nacasato,

Onevan José de Matos, Roberto Moaccar Orro, Sérgio Manoel da Cruz e Sultan Rasslan. (Mato Grosso Do Sul, 2024).

3.2 Quem são eles?

*“Nós toma tereré e ouve som de viola
Gosta de churrasco, cerveja e modão
Rodeio e vaquejada é o nosso esquema
Conservando a tradição
O agro não para não”*

(O agro não para – Zé Gabriel e Rafael)

Neste momento, faz-se necessária uma breve análise dos sujeitos eleitos para a assembleia constituinte de Mato Grosso do Sul, pois tal investigação apresentará em que base política o estado fora criado. Afora a análise das características dos indivíduos eleitos é preciso acrescentar que agropecuária fora e ainda é uma importante atividade econômica em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os grandes latifúndios são comuns nestes territórios e as disputas por terras entre os oligarcas e povos indígenas sempre estiveram em pauta.

Para iniciar a análise dos sujeitos eleitos será considerada uma característica comum aos dezoito indivíduos todos são pessoas do gênero masculino. Seguindo, apenas cinco deles não são brancos: Ramez Tebet, Roberto Moaccar Orro e Sultan Rasslan representantes dos imigrantes árabes em Mato Grosso do Sul. Odilon Massahitsi Nacasato representante da comunidade japonesa, ele faz parte da primeira geração no estado de filhos de relacionamentos entre japoneses e brasileiros.

E por fim, Sérgio Manoel da Cruz, que é pardo e nordestino, pernambucano mais precisamente, este sujeito teve apenas três mandatos legislativos, um de deputado estadual pelo Mato Grosso, um de deputado estadual pelo Mato Grosso do Sul e um de deputado federal por Mato Grosso do Sul, contrariando, por exemplo, o companheiro constituinte Londres Machado, que se encontra no seu 13º mandato consecutivo (um ainda pelo estado de Mato Grosso), e nunca ficou de fora de uma legislatura sul-mato-grossense desde que houve a separação dos estados.

Continuando com a análise das características dos constituintes, apenas Zenóbio Neves dos Santos não possuía formação acadêmica superior, mas atuava como contador. Os demais deputados possuíam formações acadêmicas de prestígio na sociedade, em sua maioria, eram formados em direito e medicina, cursados em universidades fora do estado de Mato Grosso do Sul (ou Mato Grosso) como no Rio de Janeiro e Paraná.

Diante destas informações, pode-se inferir que estes constituintes vinham de famílias com posses, considerando suas trajetórias educacionais exitosas, em uma época que o acesso ao ensino superior não era para todos, como afirma Fernandes e Fonseca (2023):

Ao longo da história da educação fica evidente que era algo permitido apenas às classes dominantes, o acesso à educação formal era algo legitimado, principalmente, apenas aos homens, brancos e donos de terras. As mulheres, negros, indígenas e outras classes emergentes tinham esse acesso negado ou dificultado ao máximo (Fernandes; Fonseca, 2023, p.102).

Sendo assim, a ausência de pessoas do gênero feminino não surpreende, mesmo o evento de assinatura da Lei de separação dos estados e a eleição da assembleia constituinte acontecendo no final da década de 1970, na qual movimentos feministas estavam em ascensão pelo mundo, neste período as mulheres começaram a organizarem-se de forma mais sistemática e visível, exigindo mudanças profundas nas estruturas sociais e econômicas.

No entanto, parte destes movimentos não estavam preocupados em abranger em suas lutas todas as categorias de mulheres, não consideravam marcadores sociais importantes como raça, orientação sexual e classe social, era um feminismo excludente.

À visto disso, as mulheres brancas encabeçaram lutas por direitos iguais, o direito de ocupar postos de trabalhos que anteriormente pertenciam aos homens, direito ao aborto, controle de natalidade e contra a violência doméstica. Enquanto as mulheres brancas faziam todas estas reivindicações as mulheres de cor continuavam sem empregos ou tinham como a única opção de sustento o trabalho na casa destas mulheres brancas, sendo subjugadas e exploradas, para hooks (2023) não há liberdade enquanto todas as categorias de mulheres não forem consideradas dentro do movimento feminista.

Neste sentido, também é preciso salientar que bell hooks (2023) tece críticas ao feminismo que desconsidera classe, raça e orientação sexual. Para hooks mulheres brancas privilegiadas tomaram para si o movimento feminista e para as demais mulheres caberiam o papel de seguidoras.

Considerando os dias atuais, ano de 2024 do século XXI, não é raro ver uma cena como a da *Figura 2*, em espaços de poder os homens são protagonistas e maioria. Apesar desta não ser uma representatividade do povo brasileiro, concebendo apenas a divisão binária de gênero (homem e mulher) já que as mulheres compõem a maioria da população brasileira. Segundo censo 2022, realizado pelo IBGE, as mulheres representam 51,5% da população no Brasil, ou seja, esta diferença na porcentagem representa em números absolutos 6 milhões mulheres a mais que os homens.

Dessa forma, é preciso fazer um resgate histórico da representação feminina na câmara legislativa de Mato Grosso do Sul. Para que se entenda a estrutura da ALEMS (Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul) em 1º de janeiro de 1979, instalou-se a Assembleia Constituinte, os dezoito deputados que foram eleitos em novembro de 1978 tomaram posse e após a promulgação da Constituição Estadual, em 13 de junho de 1979, passaram de constituintes à deputados estaduais, assim surge a ALEMS com sua primeira legislatura.

Avançando na história da Assembleia em 1982, nas eleições gerais nacionais, Mato Grosso do Sul elegeu vinte e quatro novos deputados estaduais para a segunda legislatura, dentre eles não havia nenhuma mulher eleita ou até mesmo candidata.

Já em 1986, duas mulheres foram eleitas para a Assembleia Sul-Mato-Grossense Marilene Coimbra (PDS-Partido Democrático Social) e Marilu Guimarães (PFL- Partido da Frente Liberal), então estas duas compuseram a terceira legislatura. Nas eleições de 1990, dos vinte quatro eleitos, apenas Marilene Coimbra foi reeleita como representante estadual feminina para a que seria a quarta legislatura da ALEMS.

Seguindo com a pesquisa, nas eleições de 1994 e 1998, nas quais elegeriam os deputados estaduais para compor as quinta e sexta legislaturas, apenas uma mulher foi eleita para os dois pleitos, sendo ela Celina Martins Jallad (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Prosseguindo nas eleições de 2002, foi quando o estado elegeu o maior número de mulheres para a sétima legislatura da ALEMS, foram três as representantes escolhidas Celina Martins Jallad (PMDB), Simone Tebet (PMDB) e Bela Ramos (PDT – Partido Democrático Trabalhista).

Seguindo com as informações nas eleições de 2006 e 2010, que seriam responsáveis pela oitava e nona legislatura sul-mato-grossense, elegeram-se duas mulheres em cada. Na oitava, as cadeiras legislativas ficaram com Celina Martins Jallad e Dione Hashioka (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira). Celina teria esta como sua última legislatura, já Dione fora eleita pela primeira vez. Na nona legislatura, Dione Hashioka fora reeleita e Mara Caseiro (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira) estreava no cargo de deputada estadual.

Continuando, nas eleições de 2014, a quantidade de deputadas estaduais eleitas igualou-se ao recorde histórico três cadeiras ficaram para as mulheres, a décima legislatura contou com as representantes Mara Caseiro, Antonieta Amorim e Gisele Machado, as duas últimas tiveram apenas esta legislatura estadual em seus currículos políticos. Já na eleição de 2018, repetiu-se a dobradinha da nona legislatura Dione Hashioka e Mara Caseiro, mas nesta décima primeira legislatura Dione assumiu o cargo por suplência.

Para finalizar, a décima segunda e atual legislatura de Mato Grosso do Sul assim como na sétima e décima, a décima segunda legislatura conta a presença de três mulheres, novamente Mara Caseiro é eleita, assume o legislativo estadual pela primeira vez Lia Nogueira e Gleice Jane. Gleice assume o mandato por suplência e é a primeira parlamentar eleita pelo partido dos trabalhadores (PT).

Considerando estas doze legislaturas nestes quarenta e sete anos da formação do estado de Mato Grosso do Sul passaram pela Assembleia Legislativa Estadual, contando como os constituintes que após a entrega da Carta Magna Sul-Mato-Grossense tornaram-se deputados estaduais, duzentos e oitenta e dois parlamentares. Deste total, apenas vinte cadeiras legislativas pertenceram as mulheres, mas estes vinte mandatos foram exercidos por apenas onze mulheres diferentes. Por exemplo, Mara Caseiro foi eleita para quatro legislaturas, ela foi contada nestas quatro vezes do total das vinte cadeiras.

Sendo assim, tomando como base as vinte cadeiras ocupadas pelas mulheres na Assembleia Estadual, apenas 7,1% dos parlamentares eleitos pelo estado foram mulheres, o número desta representação contraria os dados do Censo 2022 que mostrou que a maior parte da população de Mato Grosso do Sul é de mulheres: de 2.757.013 pessoas, são 1.400.498 (50,8%) mulheres e 1.356.515 (49,2%) homens. O índice representa aumento de 12,6% entre 2010 e 2022 (Brasília, 2023).

Dessa forma, pode-se perceber uma sub-representação feminina na política sul-mato-grossense, uma lacuna nesta representação feminina desde a assinatura da Lei Complementar 31 e nas eleições subsequentes.

Dessa maneira, como critica bell hooks (2023), o feminismo excludente em que se desconsidera as diferentes categorias de mulheres, que não considera as experiências das mulheres de cor e das diferentes classes sociais permite que momentos como o da foto da assinatura da Lei aconteça, para tanto bell hooks destaca a importância de uma abordagem interseccional das identidades políticas e sociais.

Assim como bell hooks, Maria Lugones também faz crítica ao feminismo que excludente, Lugones (2018) o nomeia de feminismo visível/ iluminado, este movimento considera apenas as mulheres brancas europeias que são consideradas frágeis, em oposição as colonizadas. Este lado visível/iluminado do feminismo mantém e desejam manter as mulheres longe das esferas de poder, dentro deste movimento as mulheres possuem uma função de reprodução e apenas a heterossexualidade é uma sexualidade possível.

Para Lugones (2018), esta face visível/iluminada trouxe avanços legais, políticos e sociais, como o direito ao voto, direitos reprodutivos, representação política e acesso à educação e ao mercado de trabalho, mas este eram direitos adquiridos apenas pelas mulheres brancas, então em sua obra Lugones explora como as opressões de gênero estão entrelaçadas com as opressões raciais e coloniais, e critica as estruturas de poder que marginalizam as mulheres não brancas.

Sendo assim, bell hooks e Maria Lugones fornecem uma lente crítica para entender a ausência de mulheres, especialmente as de cor, na política. Ambas as teóricas enfatizam a necessidade de uma abordagem interseccional para entender a complexidade das opressões enfrentadas pelas mulheres, especialmente em contextos historicamente marcados por desigualdades como o de Mato Grosso do Sul.

Ao longo deste capítulo, ficou claro como os costumes e normas sociais vigentes afetam a política e suas representações, para Thompson (1998), as sociedades não precisam ser como são, há alternativas para serem diferentes, não há nenhuma regra rígida que proíba estas mudanças. Para ele os seres humanos vivem na força do hábito e possuem resistência ao novo, isto nos torna uma sociedade que aceita as estruturas sociais postas tornando-as naturais.

No caso desta discussão, a “normalidade” é não ter mulheres participando da vida pública e isto não escandaliza ninguém, pois isso é normal, a estrutura social posta dificulta a visão sobre novas perspectivas e novas formas de organizações sociais em que as mulheres estejam representadas e em locais de poder e fala.

Sendo assim, como afirma Guacira Lopes em seu livro *Corpo Educado*, certas representações tomam tanta força e representatividade que acabam confundindo-se com a realidade, ou seja, estes grupos hegemônicos como homens, brancos, cisgêneros, detentores de terras e outras características acabam que representam a si mesmos e os outros, falam por si e pelos outros. Para ela, as identidades sociais e culturais são políticas, como estas identidades são apresentadas ou representadas são sempre atravessadas por relações de poder (Louro, 2000).

Então, para além de se fazer uma análise do quantitativo de mulheres eleitas para a Assembleia Legislativa Sul-Mato-Grossense é preciso compreender quem são essas mulheres, quais são os marcadores sociais que as caracterizam, em quais categorias elas estão e considerar o conceito de interseccionalidade para estas análises.

Sendo assim, é preciso compreender que as relações de poder permeiam o cotidiano e afeta a vida das pessoas, ao tomar este conhecimento é necessário movimentar-se para que grupos minoritários (minoritários em poder não em números) se auto representem nas assembleias estaduais, federais e demais poderes.

4 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: PERSPECTIVAS, REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL- UMA ANÁLISE DOS MARCADORES SOCIAIS

No capítulo anterior, fez-se um resgate histórico da formação da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul os representantes eleitos e como estas eleições impactam na vida cotidiana dos sul-mato-grossenses, como a normalidade e o hábito contribuem para manter o sistema de poder vigente. Como os corpos subalternizados são usados pelos poderosos e as mulheres sub representadas no espaço estudado que é a ALEMS.

Neste capítulo, será elencado os marcadores sociais como raça, classe social, orientação sexual e identidade de gênero presentes nas mulheres que foram eleitas. Estes marcadores suas implicações nas políticas e identidades das sujeitas eleitas serão analisados sob a luz dos teóricos em estudos culturais Stuart Hall (1997), Ana Carolina Escosteguy (2010) e Lélia Gonzalez (2021), apesar desta última autora não ser uma autora dos Estudos Culturais ela propôs discussões sobre questões identitárias e sobre relações de raça e gênero no Brasil que repercutem em diversos campos do conhecimento, encontrando forte eco nos estudos culturais e na antropologia, por isso a escolha de Gonzalez se faz adequada para a discussão levantada neste capítulo.

4.1 Formação das identidades

*“Sem essa de cara ou coroa
Caramba eu sou camaleão
O amor Oxalá abençoa
Tá combinado então”*

(Cara caramba sou camaleão – Chiclete com Banana)

Dessa maneira, como visto no capítulo anterior, apenas onze mulheres distintas foram eleitas como deputadas estaduais. Uma pesquisa documental foi realizada e nela foram elencados os marcadores sociais, como raça, classe social, orientação sexual e identidade de gênero destas onze pessoas. As fontes utilizadas serão declarações das sujeitas envolvidas para

sites, jornais e/ou redes sociais oficiais, sites de entidades oficiais como do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MS), site da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS) e reportagens jornalísticas dos principais veículos de comunicação do estado.

No campo dos estudos culturais a formação das identidades é de primordial relevância para compreender as relações de poder e dominação, processos de subalternização, posicionamentos políticos, produções e distribuição de mídias. A formação das identidades são influenciadas e influenciam a organização social e cultural de um povo, suas produções midiáticas, a política e suas representações, sendo assim, a identidade de um sujeito, como ele se relaciona com ela e como ele se relaciona com o outro nos faz compreender o motivo da sociedade ser como é, as mudanças que aconteceram ao longo da história e, correndo o risco de ser prepotente, pode-se até prever os rumos que a sociedade tomará e quais modelos sociais serão aceitos no futuro.

Sendo assim, antes de elencar os marcadores sociais das onze mulheres eleitas deputadas estaduais faz-se necessário uma introdução ao conceito de identidades de Stuart Hall (1997), para o teórico a identidade de um sujeito forma-se a partir dos processos históricos, sociais e culturais experienciados pelos sujeitos, dessa maneira não podemos comparar uma mulher nascida e criada no Brasil dos anos 1920 com uma mulher também brasileira nascida nos anos 2010, estas sujeitas apesar de nascidas em um mesmo país durante a vida experienciaram sociedades completamente distintas, representações sociais e culturais inimagináveis de uma para outra. Em diversas áreas estas mulheres passaram por experiências diferentes, na política não seria diferente.

Para efeito de exemplificação as mulheres que viveram no Brasil na década de 1920 não tinham direito ao voto e à vida pública, apesar de movimentos feministas estarem lutando por estes direitos, eles ainda não eram uma realidade no Brasil. Em 1910, na cidade do Rio de Janeiro, Leolinda de Figueiredo Daltro funda o Partido Republicano Feminino (PRF) com a intenção de incluir as mulheres na vida política e pública a partir do voto, mas ainda em 1920 as mulheres não possuíam este direito.

Figura 3: Leolinda de Figueiredo Daltro - fundadora do PRF



Fonte: Goiânia, 2024

Apesar de Leonilda questionar a ausência do voto feminino desde a Constituinte de 1890, nada mudou até 1932. Na época da Constituinte de 1890, todas as menções ao voto feminino foram derrubadas com a justificativa que o sufrágio feminino acabaria com as “famílias brasileiras”(Goiânia, 2024).

A luta de Leonilda e outras mulheres de seu partido, não eram apenas para que as mulheres tivessem direito ao voto, mas que elas tivessem igualdade na educação e condições dignas de trabalho, para ela estes direitos seriam alcançados a partir do voto feminino e a participação das mulheres na esfera pública. A luta de Leonilda também fora a favor dos povos indígenas. Posteriormente, em 1922, Bertha Lutz incorpora à luta das mulheres criando a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, também com o propósito de garantir o direito ao voto feminino.

Em 1932 as mulheres conseguem o direito de votar e de serem votadas, mas este direito não era pleno e universal, apenas as mulheres casadas podiam votar com o aval do marido ou mulheres viúvas ou solteiras que possuíam renda própria.

Sendo assim, apenas com a promulgação da Constituição Federal em 1988, as mulheres tornam-se iguais em direitos e deveres perante a lei aos demais cidadãos brasileiros.

Dessa forma, uma mulher nascida nos anos 2010 não experimentou a luta pelo direito do voto, ela já nasce num Brasil em que todos são iguais em direitos independente de raça, gênero ou

religião, mas isso perante a lei, no entanto, a mulher da geração Alfa⁹ enfrenta outros desafios quando comparados às mulheres da geração nascidas em 1920.

Da mesma maneira que estas identidades não são fixas ou imutáveis, ou seja, são fluidas Hall (1997) afirma que elas são influenciadas por fatores como a raça, etnia, gênero, classe social e a globalização. As identidades são sempre formadas em relação ao outro, sendo assim, são híbridas e múltiplas. Dá para exemplificar utilizando o modelo de outras duas mulheres fictícias, nascidas nos anos 2010 no Brasil, elas não teriam a diferenciação de localidade ou idade, mas caso elas se diferenciasssem por etnia, classe social, identidade de gênero e escolaridade elas viveriam vidas completamente distintas uma da outra, seus processos de formação de identidade dificilmente seriam semelhantes.

As diversas mulheres que serão analisadas neste capítulo possuem características variadas, mas como o meio social e suas representações podem ter influenciado a entrada e permanência destas mulheres na política?

Portanto, para começar as análises dos marcadores sociais das deputadas eleitas, por uma questão de organização da pesquisa e facilidade de leitura, as análises serão feitas por ordem cronológica de eleição, sendo a seguinte sequência de análises: Marilene Coimbra, Marilu Guimarães, Celina Martins Jallad, Simone Tebet, Bela Barros, Mara Caseiro, Antonieta Amorim, Grazielle Machado, Dione Hashioka, Lia Nogueira e Gleice Jane.

4.2 As eleitas

*“Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar”*

(Triste, louca ou má – Francisco el Hombre)

⁹ A geração Alfa, ou geração Alpha, é composta pelos nascidos entre 2010 e 2025 (História, 2019)

Partindo da primeira eleita para a ALEMS Marilene Moraes Coimbra, ela é uma mulher branca de classe média alta, na época que foi eleita tinha 38 anos idade, nasceu em Campo Grande em 1948, Marilene era casada com Albino Coimbra Filho um cirurgião dentista que posteriormente estudou direito. Marilene possuía curso superior em Letras e História e posteriormente cursou direito, ela dedicou-se a ser docente no ensino superior.

Figura 4: Marilene Moraes Coimbra



Fonte: ALEMS Reprodução

Seguindo com a história política do marido de Marilene que se faz importante para compreender a influência política desta sujeita. Albino fora eleito vereador por Campo Grande pelo partido ARENA¹⁰ em 1974, tornou-se líder do partido em 1976 com o apoio do prefeito

¹⁰ Aliança renovadora Nacional- Partido Político criado em 1965, com o objetivo de manter o avanço da Ditadura Militar. (Júnior, 2023).

Marcelo Miranda. Marcelo fora indicado pelo presidente para a cadeira de governador desbancando Harry Amorim, acusado de irregularidades administrativas pelos seus opositores os senadores Pedro Pedrossian, Saldanha Derzi e Mendes Canale.

Quando Miranda deixa o cargo de prefeito, Albino Coimbra, esposo de Marilene, assume a prefeitura da Cidade Morena em janeiro de 1979 e a deixa em dezembro de 1980. No pleito de 1982, ele fora eleito deputado federal por Mato Grosso do Sul, nas próximas eleições, de 1986 e 1990, concorreu ao mesmo cargo sem sucesso. Então, ele voltou a advogar em Campo Grande (Fundação Getúlio Vargas, 2009).

Dessa forma, Marilene fazia parte da elite política do estado quando fora eleita nos dois pleitos, em 1986 e 1990, Marilene era casada com um homem, infere-se aqui que ela é uma mulher heterossexual, além de ser uma mulher cisgênero. Atualmente, Marilene deixou a política e atua como artista plástica.

A próxima mulher analisada foi companheira de Marilene na terceira legislatura, a deputada estadual Marilu Guimarães. Marilu nasceu em 1951, em Campo Grande, é uma mulher branca, graduou-se em educação física na então UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso – em Campo Grande, em 1974 e também graduou-se em direito. Em uma entrevista ao jornal MidiaMax Marilu afirma ser de uma família de classe média (Cáceres, 2023).

Figura 5: Marilu Guimarães



Fonte: ALEMS reprodução

Na política Marilu, fora deputada estadual entre 1987 e 1989, eleita aos 35 anos de idade, foi vice-prefeita de Campo Grande entre 1989 e 1991 e disputou as eleições à prefeitura, indo para o segundo turno contra Juvêncio César da Fonseca, não sendo eleita neste pleito. No entanto, Marilu assumiu a cadeira de deputada federal por dois mandatos de 1991-1995 e 1995-1999 (Brasília, 2024).

Continuando com os marcadores sociais de Marilu ela foi casada com José Chadid (quem em 2015 assumiu como vereador em Campo Grande), como não há outras declarações públicas sobre sua sexualidade pode-se inferir que ela é heterossexual e uma mulher cisgênero.

As duas primeiras mulheres eleitas para a ALEMS, Marilene e Marilu, chegaram ao cargo de deputadas na década de 1980, no mundo havia um grande movimento feministas que lutava pela igualdade de gênero no local de trabalho, direitos reprodutivos e a luta contra a violência de gênero.

Na América Latina, muitos grupos feministas foram de suma importância no enfrentamento contra as ditaduras do continente. No entanto, as mulheres lésbicas, transgêneros, negras, indígenas e outras tantas categorias não se viam representadas nestes movimentos, a discussão acerca da interseccionalidade passa a ser necessária e urgente.

Em seu texto *A Categoria Político-Cultural da Amefricanidade* Gonzalez (2021) critica a falta de compreensão dos povos americanos de suas origens, permitindo assim que o pensamento dos colonizadores seja imposto a estes povos, desconsiderando as contribuições de homens e mulheres negros as artes, as ciências, filosofia e as religiões. Gonzalez (2021) afirma que o racismo cria uma hierarquia racial que permite que a exploração dos povos amefricanos seja considerada natural.

Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o *racismo*, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades (Echazú Böschmeier e Inés Cejas, 2021).

Sendo assim, Lélia Gonzalez (2021) traz uma reflexão acerca da necessidade de se considerar marcadores para além do gênero, ela afirma que o racismo existe e continua imperando no nosso continente, apagando memórias, subjugando povos e chancelando as mais diversas violências a homens e mulheres negros.

Mesmo diante das críticas ao feminismo dos anos 1980, que por muito não considerava questões como raça, classe social, identidade de gênero e sexualidade este foi um período de grandes avanços para as mulheres em termos de legislações, organizações de grupos de mulheres, eventos internacionais sobre os direitos das mulheres, como a Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Copenhague em 1980.

Dessa maneira, o movimento feminista de 1980 estabeleceu uma base sólida para os desdobramentos que viriam no futuro. Marilu e Marilene abriram caminhos para as que viriam depois delas, mesmo que brancas, pertencentes a elites sociais e políticas, eram mulheres ocupando espaços públicos e de poder.

Na sequência a parlamentar analisada será Celina Martins Jallad, ela nasceu em 1947 em Campo Grande, filha de Wilson Barbosa Martins ex-governador do estado, uma mulher branca, pertencente a elite do agronegócio sul-mato-grossense, alguns jornais a trazem como empresária do agronegócio e ela também possuía uma formação como professora. Para sua primeira legislatura como deputada estadual iniciada em 1995, Celina tinha 47 anos.

Figura 6: Celina Martins Jallad



Fonte: ALEMS reprodução

No entanto, antes de ser eleita deputa estadual Celina já havia ocupado o cargo de diretora executiva do PRONAV/MS¹¹, no Governo do Estado, entre os anos de 1983 e 1986. Ela foi secretária de Estado de Ação Comunitária na gestão Marcelo Miranda, entre 1987 e 1989, e do ano seguinte até 1994 exerceu o cargo de secretária Municipal do Bem-Estar-Social, já no governo Juvêncio César da Fonseca (Campo Grande, 2024).

Celina Martins tornou-se Celina Martins Jallad por casamento com Abdalla Jallad,, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho uma mulher heterossexual e cisgênero. Além de estar na Câmara Estadual por quatro legislaturas, em 30 de novembro de 2010, Celina foi indicada ao cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MS), pelo então governador André Puccinelli, demonstrando mais uma vez sua força política, no tribunal Celina encerrou seus trabalhos quando veio a óbito em 2011.

Segundo Hall (1997), há uma importância da representação na formação da identidade, argumentando que as identidades são constituídas dentro e através de representações culturais, Celina apesar de não ser a primeira mulher eleita como deputada estadual, foi e ainda é muito citada pelas mulheres políticas sul-mato-grossenses como uma fonte de inspiração para a entrada na vida pública, a próxima parlamentar a ser analisada será Simone Tebet, ela deixa claro em diversas falas que Celina a inspirou a entrar na política, sendo que as duas viam de uma linhagem de pais políticos influentes em Mato Grosso do Sul.

Sendo assim, o próximo perfil analisado será de Simone Tebet. Se você que está lendo este texto vive no Brasil de 2024 acredito ser raro, praticamente impossível, não conhecer este nome. Simone hoje é uma importante peça do Governo Federal, ela atual como ministra do Planejamento e Orçamento, mas Simone teve sua vida política iniciada em Mato Grosso do Sul.

¹¹ "Programa Nacional de Valorização da Agricultura no Mato Grosso do Sul." Este programa foi criado com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável no estado. O PRONAV/MS visa fornecer apoio técnico, financeiro e educacional aos pequenos agricultores, buscando aumentar a produtividade e melhorar a qualidade de vida no campo.

Figura 7: Simone Tebet



Fonte: ALEMS reprodução

Simone Nassar Tebet, filha de descendentes libaneses, possui uma aparência de mulher branca, cisgênero, casada com Eduardo Rocha desde 1996, assim pode-se supor que Simone seja uma mulher heterossexual. Ao falar que Simone é filha de descendentes libaneses talvez se tenha uma ideia de que Simone lutaria pelos direitos dos menos favorecidos, porém em suas legislaturas ela esteve a favor dos grandes produtores e contra a demarcação de terras indígenas, por exemplo. Segundo Quadros (2022):

Uma publicação do Cimi (Conselho Missionário Indigenista), de setembro de 2018, lista Simone Tebet entre os 50 parlamentares, 10 senadores e 40 deputados, que mais atuaram contra os direitos indígenas no Parlamento. O destaque é para o Projeto de Lei 494/15, apresentado ao Senado, que visa alterar a Lei nº 6.001/73, o Estatuto do Índio, com o objetivo de interromper qualquer ato de demarcação em “caso de turbação, esbulho ou ocupação motivada por conflitos” nos dois seguintes anos à sua desocupação. Segundo a publicação, ela apoia também a PEC 45/13, que altera o artigo 231 da Constituição Federal, para vedar a demarcação de terras indígenas em áreas tradicionais. Simone Tebet já defendeu o cumprimento imediato das reintegrações de posse de áreas que ainda não têm estudos antropológicos e a indenização em dinheiro (e não em títulos da dívida agrária) sobre benfeitorias e também sobre a terra nua, item nunca considerado pelo governo nos casos de desapropriações em terras indígenas (Quadros, 2022).

Ainda sobre o posicionamento político de Simone Tebet ao longo de sua carreira a autora Luciene Maria da Silva e o autor Thiago Araújo Santos em seu artigo “Poder oligárquico, questão agrária e função legislativa no território sul-mato-grossense” fazem uma análise das três oligarquias sul-mato-grossense mais poderosas, suas relações com a terra e suas representações no Senado Federal, na qual a família Tebet está presente. O artigo também cita

o posicionamento de Simone quanto aos projetos de lei que beneficiam grandes produtores em detrimento à defesa dos povos indígenas. Inclusive sua família possui fazenda em terras reivindicadas pelos indígenas Guaranis-Kaiwoás no sul do estado, em Caarapó. A fazenda encontra-se em área de conflito entre indígenas e ruralistas que se entende há anos e já fez dezenas de vítimas (Silva e Araújo Santos, 2022).

Neste momento, os textos de Ana Carolina Escosteguy (2010) explicam tais práticas de Tebet, não é porque ela é uma mulher descendente de árabes que ela compreenderá a importância destes marcadores sociais em sua vida. Tebet, criou-se em um ambiente de privilégios junto com a classe política dominante e hegemônica dentro do estado.

Dessa forma, Ana Carolina Escosteguy (2010) utiliza o conceito de hegemonia para compreender as dinâmicas de poder na sociedade, para ela isto deve ser feito de forma analítica e crítica. Para Escosteguy (2010), a hegemonia é um processo pelo qual certas ideologias e práticas culturais dominam e se tornam predominantes, influenciando a forma como as pessoas percebem e interagem com o mundo ao seu redor.

Analizando o que foi posto anteriormente, dos duzentos e oitenta e dois mandatos apenas vinte pertenceram a mulheres, contemplando apenas onze mulheres distintas, é fato que há uma hegemonia masculina, não há representações femininas significativas e até este ponto as representações ficaram a cargo de mulheres brancas, cisgêneros e alinhadas com a classe política dominante.

Portanto, pode-se fazer parte da hegemonia política dominante, mesmo sendo uma mulher. Não basta ser mulher, precisa ser feminista, se as mulheres eleitas defenderem modelos de produções agrícolas e pecuárias extensivas que agridam o meio ambiente, blindarem os ricos e poderosos, não proporem meios de erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades sociais, por exemplo, estas mulheres não contribuirão para que haja mudanças nas estruturas sociais e culturais da sociedade sul-mato-grossense.

Sendo assim, como afirma hooks (2023), o feminismo precisa interagir com as questões de classe, a autora aponta que a luta feminista deve incluir a luta contra a opressão econômica e a desigualdade social, apenas assim a sociedade será livre, é preciso ter um pensamento feminista para que isso ocorra.

Continuando, a linhagem familiar de Tebet, ela é filha do ilustre político sul-mato-grossense Ramez Tebet. Ramez já apareceu neste texto como um dos deputados constituinte e posteriormente como deputado estadual da primeira legislatura do estado de Mato Grosso do Sul, colocando assim a ex-deputada numa classe social e política hegemônica, privilegiada.

Dessa forma, é importante contextualizar a vida política de Ramez, ele foi prefeito de Três Lagoas (1975-1978), deputado estadual de Mato Grosso do Sul (1979-1983), foi o primeiro vice-governador de Mato Grosso do Sul (1983-1986), neste cargo fez dobradinha com governador Wilson Barbosa Martins, pai de Celina Martins Jallad.

Prosseguindo, Ramez Tebet foi o quinto governador de Mato Grosso do Sul (1986-1987), foi Ministro da Integração Nacional no governo de Fernando Henrique Cardoso (2001) e por fim Ramez foi senador por Mato Grosso do Sul por dois mandatos seguidos (1995-2006), durante este período o político assumiu a presidência do senado por quase dois anos (2001-2003).

Dessa maneira, Simone Tebet foi criada em meio político com um pai bastante influente na política sul-mato-grossense, Tebet nasceu em Três Lagoas em 1970, formou-se em direito pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), especializou-se em Ciência do Direito pela Escola Superior de Magistratura e cursou mestrado na PUC-SP em Direito do Estado (Brasília, 2024).

Em 2002, aos 31 anos de idade, Simone foi eleita deputada estadual compondo a sétima legislatura daquela casa de leis, na época ela já advogava e atuava como professora do ensino superior. Em 2004, Simone deixaria a ALEMS para assumir a prefeitura de sua terra natal: Três Lagoas. Simone Tebet, seria a primeira mulher a assumir o executivo três-lagoense e em 2008 ela fora reeleita com 76% dos votos válidos, em seu mandato Três Lagoas teve um imenso crescimento industrial com a chegada da empresa de celulose Internacional Paper (Tebet, 2024).

Ainda sobre a carreira política de Simone Tebet, em 2010 ela foi eleita vice-governadora do estado de Mato Grosso do Sul junto com André Puccinelli como cabeça da chapa, ou seja, como governador. Em 2014, Simone Tebet elege-se, como seu pai, Senadora da República pelo estado de Mato Grosso do Sul, ficando os oito anos no cargo.

Em 2022 lançou-se como candidata a Presidente da República numa campanha que a deixou em muita evidência, ela posicionou-se como uma opção à polarização existente no país na época, ela atingiu o terceiro lugar desbancando o veterano em campanhas presidenciais Ciro Gomes. Sua notoriedade foi tamanha que Tebet foi convidada pelo então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva a compor seu governo como Ministra de Estado de uma pasta bem importante a do Planejamento e Orçamento no ano de 2024, no qual ela ainda atua.

Sendo assim, Tebet figurar pela política sul-mato-grossense e nacional não pode ser vista como acaso, Simone é integrante de um grupo hegemônico que ditam as regras sociais, políticas e culturais há anos em nosso país. Ela não pode ser vista como o novo, o fato dela ser mulher não a coloca como representante de todas as categorias de mulheres existentes e ao se posicionar a favor dos grandes produtores não a coloca como uma defensora dos pobres.

Por isso, para Lélia Gonzalez, citada por Costa (2022), é preciso que os movimentos sociais que buscam a justiça social considerem questões como raça e gênero concomitantemente. Ela faz uma crítica ao feminismo que não discute raça e faz também uma crítica ao movimento negro que não discute gênero. Dessa forma, para a autora as mulheres negras ficam a margem nestes dois movimentos, é preciso considerar a interseccionalidade destas sujeitas. O fato de serem mulheres não as colocam em posição de luta contra as desigualdades sociais provocadas pelo gênero, raça e/ou classe social.

Ainda falando sobre a sétima legislatura da ALEMS, Simone Tebet teve a companhia de outra mulher Bela Barros, nascida Francisca Felisbela Barros em Rosário Oeste – Mato Grosso no ano de 1957, Bela é uma mulher branca, cisgênero, heterossexual e possui graduação em pedagogia. Na eleição de 2002, Bela não foi eleita, ficou como suplente e em 2005 assumiu sua cadeira na ALEMS por apenas onze meses.

No entanto, Bela Barros já possuía uma longa carreira na política douradense, ela fora vereadora de 1988 a 2004, antes de assumir em 2005 seu lugar na casa de leis estadual. Na eleição de 2004 para prefeitos e vereadores Bela concorreu ao executivo de Dourados, mas não fora eleita, ficou em segundo lugar com cerca de dez mil votos a menos que o primeiro colocado, obtendo 43% dos votos válidos (Mato Grosso Do Sul, 2011).

Ao pesquisar o nome de Bela Barros não há muitas outras informações sobre seus trabalhos ou familiares, aparentemente, Bela não figurou como importante força política

estadual. Em entrevista ao jornal Folha de Dourados em maio de 2024 Bela contou sobre sua vida pessoal e política e perspectivas futuras na política.

Figura 8: Bela Barros



Fonte: ALEMS reprodução

Na entrevista, Bela conta que morava numa chácara com seus pais e aos cinco anos mudaram-se para Campo Grande, onde seus pais tiveram um restaurante, ao retornar para Dourados aos dezessete anos casou-se com Roberto Djalma Barros, com quem teve três filhos, esta é uma das partes da vida pessoal de Bela contada no diálogo com o jornalista (Dourados, 2024).

Continuando, em 1988, Bela Barros conta que entrou para a política como cotista, o então vice-governador George Takimoto a convidou para ser candidata por uma questão de números, eram necessários 30% de mulheres na chapa, segundo ela, Takimoto disse que seria apenas para cumprir a legislação que ela não precisaria ser candidata de fato, mas como ela já fazia campanha para seu então marido candidato a vereador, disse que pegou gosto e entrou de fato para vida pública (Dourados, 2024).

Sendo assim, Bela continuou se reelegendo até 2004 quando fora candidata a prefeita e não conseguiu se eleger, saindo nesta época da vida pública, Bela então passou a dedicar-se ao comércio, abriu restaurante e hoje está no seu oitavo empreendimento. Depois de anos afastada

da política Bela lançou-se pré-candidata à prefeitura de Dourados pelo PDT, em 2024 (Dourados, 2024).

Tal pré-candidatura firmou-se como candidatura, Bela fora uma das candidatas à prefeitura de Dourados, a segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), entre os sete candidatos possíveis Bela ficou em quarto lugar com apenas 5.476 votos, ou seja, 4,54% dos votos válidos, segundo o site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que publicou a apuração das eleições municipais no estado e em todo Brasil (Eleitoral, 2024).

A oitava legislatura, além de Celina Martins Jallad, outra mulher chegou a ocupar uma cadeira na ALEMS Dione Marly Gandolfo Hashioka, ou apenas Dione Hashioka. Dione nasceu em 1957 em Iacri, interior de São Paulo, mudou-se para Nova Andradina Mato Grosso do Sul no início da década de 1980, em 1981 casou-se com o engenheiro civil Roberto Hashioka Soler. Assim, Dione é uma mulher branca, cisgênero e heterossexual.

Figura 9: Dione Hashioka



Fonte: ALEMS reprodução

A ex-deputada formou-se em odontologia e teve sua entrada na carreira política por intermédio de seu marido que se elegeu prefeito de Nova Andradina por três mandatos (2001-2004), (2005-2008) e (2013- 2016). Segundo o jornal Correio do Estado, Dione faz parte de

uma família tradicional que domina a política nova-andradinense, ela elegeu-se deputada estadual pela primeira vez nas eleições de 2006 enquanto ocupava o cargo de primeira-dama do município de Nova Andradina (Kaspary, 2024).

Dione Hashioka foi reeleita em 2010 para seu segundo mandato na Câmara dos Deputados Estaduais. Em 2014 não concorreu as eleições estaduais e em 2018 retornou ao páreo, porém conseguiu apenas tornar-se deputada pela suplência do deputado Barbosinha que se licenciou para atuar na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), a convite do governador da época Reinaldo Azambuja. Nas eleições de 2022, Dione foi candidata a deputada federal, mas também não conseguiu eleger-se.

Em março de 2024, Dione Hashioka foi nomeada Secretária Adjunta de Educação, da Secretária Estadual de Educação (SED-MS) a pasta com maior investimento do governo estadual. Segundo o jornal Correio do Estado, Dione gerou uma insatisfação à cúpula tucana ao pedir exoneração do cargo de Secretária Adjunta de Educação para concorrer ao cargo de prefeita de Nova Andradina nas eleições municipais em outubro de 2024 (Pedra, 2024).

Com este posicionamento Dione, que liderava as pesquisas para a prefeitura no início do ano, complica a vida do candidato tucano e atual presidente da Câmara de vereadores nova-andradinense Leandro Fedossi. Ainda segundo o Correio do Estado, Roberto Hashioka, atual deputado estadual e esposo de Dione, teria negociado com o governo o cargo na pasta da educação para a mulher para que ela se mantivesse longe da disputa do executivo de Nova Andradina. Porém, Dione pediu exoneração do cargo após três meses nele, em junho de 2024 para concorrer ao cargo de prefeita da sua cidade (Pedra, 2024).

Na sequência, o perfil analisado será de Mara Caseiro, junto com Celina Martins Jallad, Mara detém o recorde de legislaturas seguidas para uma mulher, atualmente Mara encontra-se na sua quarta legislatura, este é maior número de legislaturas exercidos por uma mulher na Câmara Estadual.

Figura 10: Mara Caseiro



Fonte: ALEMS reprodução

Em 1964, Mara Elisa Navacchi Caseiro nasceu em Umuarama, cidade do interior do estado do Paraná. Mara é uma mulher branca, cisgênero e heterossexual, casada com Manoel Henrique Caseiro.

Mara Caseiro é nora de José Antônio Joaquim Caseiro, que chegou em Eldorado Mato Grosso do Sul na década de 1960, dono de uma fazenda de algodão – Fazenda Caseiro - que chegou a ter mais de 500 famílias plantando e colhendo os algodoeiros em sistema de arrendamento. Mara passou a pertencer, por casamento, a uma família tradicional de Eldorado (Mato Grosso Do Sul, 2012).

Em 1992, Mara inicia sua vida política como candidata a vice-prefeita de Eldorado, mas sem êxito, já nas eleições de 1996 Mara Caseiro é eleita como a vereadora mais votada da história de Eldorado, com quatrocentos e sessenta votos, na câmara de vereadores também fez história sendo a primeira mulher a presidir aquela casa de leis.

Nas eleições de 2000, Mara Caseiro é eleita prefeita da cidade e posteriormente, em 2004, é reeleita ao cargo, ficando assim, oito anos como chefe do poder executivo eldoradense. Segundo a página da deputada no portal da Assembleia Legislativa Estadual, Mara teve ao final do seu segundo mandato no executivo uma aprovação de 92% de seus eleitores (Caseiro, 2024).

Em 2010, Mara Caseira foi eleita pela primeira vez ao cargo de deputada estadual, em 2014 reelegeu-se, em 2018 não foi eleita, mas manteve-se na política. Em fevereiro de 2019,

Mara fora convidada pelo governador Reinaldo Azambuja, pertencente ao mesmo partido da parlamentar, para assumir o cargo de diretora-presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul.

Em novembro de 2020, Mara Caseiro assumiu por suplência a cadeira antes pertencente a Onevam de Matos que morreu em novembro de 2020, vítima de complicações da COVID-19. Agora nas eleições de 2022, Mara Caseiro entrou pela porta da frente da Assembleia, ela foi a deputada estadual eleita com o maior número de votos (49.512) da décima segunda legislatura, na qual ela está legislando atualmente, em julho de 2024 (Caseiro, 2024).

Diferente da deputada Mara Caseiro que possui o recorde em número de legislaturas, Antonieta Amorim teve apenas uma passagem pela Assembleia Legislativa sul-mato-grossense.

Maria Antonieta Amorim dos Santos, nasceu em Palmeira das Missões no Rio Grande do Sul no ano de 1962, veio para Campo Grande aos doze anos de idade com a família, na capital formou-se em Artes Plásticas e fez pós-graduação em Comunicação Visual. Antonieta é uma mulher branca, cisgênero e heterossexual, considerando seu casamento com o político Nelsinho Trad.

Figura 11: Antonieta Amorim



Fonte: ALEMS reprodução

Quem é de Mato Grosso do Sul, provavelmente já tenha ouvido o sobrenome Trad, Antonieta Amorim, fora casada com Nelsinho Trad, filho de Nelson Trad e Therezinha Mandetta Trad, o sobrenome Mandetta é outro pertencente a uma família influente de políticos sul-mato-grossenses.

No entanto, se você não reconhece estes sobrenomes uma das funções deste texto é te contextualizar sobre estas influências políticas. Começando com Nelson Trad, sogro de Antonieta, ele fora um advogado e enveredou-se na política, foi vice-prefeito de Campo Grande, foi procurador-geral do estado nos governos de Marcelo Miranda e Londres Machado, secretário de justiça no governo de Pedro Pedrossian, deputado estadual por dois mandatos e na seguida Nelson Trad cravou cinco mandatos consecutivos de deputado federal por Mato Grosso do Sul, deixando sua cadeira vaga em sete de dezembro de 2011 devido sua morte, aos 81 anos de idade. Nelson Trad teve uma vida dedicada à política.

Nelson Trad teve cinco filhos destes três tornaram-se políticos: Marquinhos Trad, Fábio Trad e Nelsinho Trad, este último foi casado com Antonieta Amorim. Nelsinho Trad vindo da família que veio, apesar de formado em medicina, optou pela vida política. Nas eleições municipais de 1992, aos trinta e um anos de idade, Nelsinho foi eleito vereador da Capital Morena – Campo Grande – e assim continuou na vereança por três mandatos consecutivos.

Nas eleições estaduais de 2002, Trad deixa a Câmara de Vereadores campo-grandense para assumir o cargo de deputado estadual e em 2005 encerra seu mandato de deputado estadual para assumir o cargo de prefeito de Campo Grande, nas eleições de 2008 Nelsinho Trad é reeleito chefe do executivo campo-grandense.

Durante estes dois mandatos na prefeitura, Nelsinho tinha como esposa Antonieta Amorim, sendo assim ela foi por duas vezes primeira-dama da Capital, entre os anos de 2005 e 2013. Nas eleições de 2014, Antonieta elegeu-se deputada estadual, foi escolhida para compor a décima legislatura, esta seria sua única passagem pela ALEMS, até o presente momento.

Nelsinho e Antonieta não são mais um casal, divorciaram-se, ele é Senador da República eleito nas eleições de 2018. Ela é filiada ao MDB, mas sem cargo eletivo, em março ela assumiu a presidência do MDB estadual com a saída do presidente do partido para filiar-se a outro partido.

Além de presidir o MDB estadual, Antonieta é a primeira suplente do senador Waldemir Moka, mesmo sem um cargo eletivo em mãos Antonieta Amorim continua figurando como uma importante peça na política sul-mato-grossense, presidindo um partido grande com grandes nomes da política estadual e sendo a primeira suplente de um senador.

Na Capital Morena, em 1980 nascia Grazielle Machado, pessoa que lê este sobrenome já passou por este texto e não, não é sobre o sobrenome da autora que também assina Machado, mas é um Machado bem sem poderes e influências, agora o Machado assinado pela comunicadora social Grazielle tem peso, tem história na política sul-mato-grossense.

Ao ler este sobrenome passa alguém pela sua cabeça caro leitor? Muito bem se você pensou em Londres Machado, o campeão nacional de mandatos consecutivos. Já citado anteriormente neste texto, Londres fora vereador, deputado estadual por Mato Grosso e depois da divisão do estado deputado constituinte e estadual por Mato Grosso do Sul, assumiu o governo do estado de forma interina por duas vezes e atualmente faz parte da décima segunda legislatura, desde 1971 ele possui algum mandato.

Além de filha de Londres Machado Grazielle é filha de Ieda Salgado, atual prefeita de Fátima do Sul, que está no seu terceiro mandato. Ainda muito nova, aos 22 anos, segundo um relato da ex-deputada em sua rede social, ela iniciou sua caminhada na política. Grazielle foi eleita vereadora de Campo Grande por três mandatos e nas eleições de 2014 foi eleita deputada estadual.

Figura 12: Grazielle Machado



Fonte: ALEMS reprodução

Ainda sobre sua caminhada política, Grazielle se vangloria de ser a coordenadora das campanhas vitoriosas de seu pai, Londres Machado. Na atualidade, 2024, Grazielle encontra-se filiada ao PSDB e já está fazendo campanha, em suas redes sociais, para o candidato tucano à prefeitura de Campo Grande, mostrando assim, que mesmo sem mandato, Grazielle figura pela política sul-mato-grossense com significativa importância e influência.

Seguindo, a próxima analisada é uma parlamentar que está na ativa pela primeira vez na décima segunda legislatura Lia Nogueira, a douradense Maria Imaculada Nogueira nasceu em 1974, é uma mulher branca, cisgênero.

A parlamentar Lia formou-se jornalista e em direito, comunicadora social, foi repórter da TV Morena, TV Record MS, radialista e esteve em outros meios de comunicação e está até hoje. As notícias a seu respeito sempre a colocam como combativa, questionadora e que “ganhou o público”.

Nas eleições de 2016, ela foi candidata a vereadora, mas ficou como suplente, já nas eleições de 2020 foi a segunda vereadora mais votada da segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, Dourados.

Figura 13: Lia Nogueira



Fonte: ALEMS reprodução

Nas eleições estaduais de 2022 Lia foi eleita deputada estadual deixando assim sua cadeira na Câmara de Dourados para sua suplente. Lia aparece como solteira nos seus registros de candidatura e não foi encontrado nenhuma ligação dela, seja por meio de seus pais ou um (a) companheiro (a) com ases da política sul-mato-grossense.

Para finalizar, a décima primeira mulher a assumir uma cadeira na ALEMS é Gleice Jane Barbosa, uma mulher preta nascida em São Bernardo do Campo, interior de São Paulo, seu pai era metalúrgico, mudaram-se para Dourados, cidade em que Gleice cresceu, formou-se na universidade pública e iniciou sua vida política.

Gleice Jane, em seu registro de candidatura nas eleições de 2022, afirma ser uma mulher preta e solteira. Gleice também é uma mulher cisgênero. A deputada já contou inúmeras vezes em suas redes sociais e em entrevistas de jornais que vem de uma família de sindicalistas, que seus tios eram do sindicato e seu pai também. Ela narra, inclusive, em uma entrevista para a Folha de Dourados que o pai se recusou a participar de uma greve com medo de ser mandado embora enquanto sua mãe estava grávida dela, ao final da greve ele fora mandado embora da mesma forma, Gleice brinca que assim nasceu uma filha sindicalista.

Figura 14: Gleice Jane



Fonte: ALEMS reprodução

Diferente de suas colegas Gleice Jane é a única parlamentar a afirmar ser feminista, sindicalista e atuante dos movimentos sociais. A parlamentar destaca estar na Câmara para lutar por pautas diversas, como educação, direitos das mulheres, pessoas LGBTQIA+ e com deficiência, direito a cidade e proteção ambiental (Mato Grosso Do Sul, 2024).

A deputada iniciou sua vida política ainda na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) onde cursava o curso de Letras, Gleice era membro atuante do Diretório Central dos Estudantes (DCE) chegando à presidência da organização estudantil. Ao formar-se continuou sua vida política no sindicato dos profissionais da educação (SITEMD) tornou-se presidente. Gleice é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 2004, quando tinha vinte e quatro anos.

Em uma entrevista ao jornal Folha de Dourados, Gleice Jane evidencia que dentro da cidade de Dourados ela sempre foi vista como uma liderança pelas outras mulheres, por isso quando ela chega ao sindicato as pessoas, que já a conheciam do movimento estudantil, sugerem seu nome para liderar o grupo, como presidente.

Na mesma entrevista, a deputada salienta que muitas mulheres pediam para que ela se candidatasse a um mandato eletivo, mas ela considerava que tal feito eram para outras pessoas. Ao ser questionada o motivo da sua mudança de ideia, a parlamentar evidencia o golpe político

sofrido pela presidenta Dilma, ela considerou que aquele era um momento de fortalecer o partido e não importava o resultado das urnas (Marques, 2024).

Ao mudar de ideia em relação aos mandatos eletivos Gleice corrobora com a ideia de Hall (1997) sobre as identidades múltiplas, corrobora com conceito das identidades não fixas ou imutáveis. Segundo ela, anteriormente não passava pela sua cabeça concorrer a um cargo eletivo, mas o seu meio social colaborou para a formação de uma nova característica de sua identidade.

Dessa maneira, nas eleições municipais de 2020 foi a primeira vez que Gleice Jane candidatou-se a um cargo eletivo, ela ficou como suplente de vereadora, não assumindo a Câmara de Vereadores de Dourados, mas desde então Gleice continuou na luta e nos movimentos políticos de seu partido.

Assim, nas eleições gerais de 2022, Gleice pleiteou o cargo de deputada estadual, os votos recebidos por ela a deixou como primeira suplente em sua coligação. Em março de 2023, seu companheiro de partido Amarildo Cruz sofreu três paradas cardíacas e não resistiu deixando sua cadeira na Assembleia Legislativa para Gleice, que assumiu o mandato como a décima primeira mulher presente na ALEMS, sendo a primeira mulher preta a assumir o cargo.

Com a análise do perfil de Gleice Jane, a décima primeira mulher a assumir um mandato legislativo na Assembleia Legislativa Sul-Mato-Grossense, encerrasse-se as análises dos perfis das mulheres eleitas deputadas estaduais em Mato Grosso do Sul propostas para este capítulo.

No entanto, é preciso destacar a importância das representatividades, apesar de apenas 7% das cadeiras legislativas até hoje terem sido ocupadas por mulheres. Das onze mulheres apenas Gleice Jane é uma mulher preta, representando assim, apenas 0,35% do parlamento sul-mato-grossense, nenhuma mulher indígena foi eleita deputada estadual em Mato Grosso Sul, mesmo o estado possuindo a terceira maior população indígena do Brasil, segundo o Censo 2022 (IBGE, 2024).

Outro fator a ser salientado é que nenhuma mulher transgênero foi eleita, cabendo apenas a representatividade cisgênero no parlamento. Com exceção de Lia Nogueira e Gleice Jane, que se declaram solteiras, todas as outras deputadas tiveram ou têm relacionamentos heterossexuais. Ainda que oficialmente, no site do TRE-MS, Gleice Jane coloque o seu status como solteira em sua rede social oficial ela menciona um parceiro numa trend - Cinco curiosidades sobre mim -

como “somos um casal de professores” na imagem é foto dela e de seu companheiro. Sendo assim, não se há registro apenas da sexualidade de Lia Nogueira, as demais deputadas figuram na categoria de heterossexuais.

Acrescentando, outro dado importante vindouro da pesquisa, apenas Lia Nogueira e Gleice Jane não fazem parte da hegemonia política de Mato Grosso do Sul as demais mulheres são ligadas a políticos influentes sejam eles seus pais ou maridos ou ainda seus pais e maridos são da classe politicamente dominante, a maioria das parlamentares eleitas fazem parte de classes sociais abastadas e privilegiadas.

Para Ana Carolina Escosteguy (2010), a hegemonia é alcançada quando uma classe social consegue apresentar seus interesses como sendo os interesses de toda a sociedade. Isto é feito através da liderança moral e intelectual, e não apenas pela força. Aqui fica evidente o domínio dos políticos sul-mato-grossenses que não representam a maioria da população. E por muitas vezes estas mulheres são usadas para que tenhamos uma falsa sensação de representatividade, mas estas continuam representam as classes e grupos hegemônicos.

Sendo assim, a representatividade feminina na Assembleia Legislativa Sul-Mato-Grossense precisa ir além, precisa considerar as identidades múltiplas. Para Hall (1997), a maneira como os indivíduos e grupos são representados na mídia e na cultura popular influencia a percepção que têm de si mesmos e dos outros. Em seus textos, o autor explora como as representações podem reforçar ou desafiar estereótipos e desigualdades. Neste caso, as representações estão reforçando que a política não é lugar para mulheres, se for preta ou indígena então piorou, não é lugar mesmo.

Para Stuart Hall (1997) as identidades são moldadas pelas relações de poder presentes na sociedade e que o discurso dominante pode impor certas identidades enquanto marginaliza outras, estes conceitos ficam evidentes nos resultados das eleições sul-mato-grossenses. A maioria são dos eleitos são homens e as mulheres eleitas fazem parte de um grupo político dominante, com apenas duas exceções: Lia Nogueira e Gleice Jane.

Sendo assim, não há liberdade em um sistema social sem que nele sejam considerados a raça, a classe social e o gênero, a intersecção entre estes marcadores sociais é necessária para diminuir as desigualdades sociais, aumentar a representatividade, acabar, ou ao menos, mitigar a dominação cultural. E como afirma Lélia Gonzalez (2020), é preciso que os movimentos

feministas discutam raça e que o movimento negro discuta gênero, estes movimentos articulados entre si é uma fonte poderosa de luta contra hegemonia social, política e de gênero imposta na sociedade contemporânea.

Por fim, é preciso que os grupos de minorias (não em números, mas em representações) se unam. Faz-se urgente discutir gênero, identidade de gênero, racismo, etarismo, classismo e outros “ismos” na política sul-mato-grossense e brasileira. A população precisa compreender a quem entregam seu voto e se de fato este voto é representativo, quais são as defesas das candidatas e candidatos. Será que estão em cargos eletivos para fazerem a diferença na comunidade ou apenas para manterem-se no poder?

Dessa maneira, é possível analisar quais as leis aprovadas pela Assembleia Legislativa Sul-Mato-Grossense e quais são seus proponentes, com tantos homens eleitos e mulheres alinhadas com os grupos políticos hegemônicos será que tais leis contemplam as mulheres sul-mato-grossenses e suas necessidades?

No próximo capítulo, será feita uma relação destas leis que beneficiam as mulheres sul-mato-grossenses e seus proponentes.

5 RELAÇÃO DAS LEIS FEITAS PARA MULHERES EM MATO GROSSO DO SUL

“Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”

(art. 3º, inciso IV, Constituição Federal)

“Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”

(art. 5º, inciso I, Constituição Federal)

Como está escrito na abertura deste capítulo a Constituição Federal de 1988 prevê que homens e mulheres são iguais perante a lei, o Estado deve promover o bem de todos, sem exclusões, e não pode tolerar qualquer forma de discriminação seja ela relacionada à origem, raça, sexo, cor, idade ou outros marcadores sociais.

O estado de Mato Grosso do Sul, numa ação pioneira em todos os estados brasileiros, lançou em maio de 2021 um organizador que reúne todas as leis aprovadas no âmbito estadual de garantias de direitos às mulheres, este documento é um marco na construção de direitos das mulheres – o estado de São Paulo e Paraná também lançaram um documento parecido com a consolidação das leis de proteção, defesa e saúde da mulher, no entanto ambos tiveram um lançamento posterior ao lançamento do documento sul-mato-grossense, em outubro de 2021 e abril de 2024, respectivamente.

No documento Consolidação das leis estaduais de garantias de direitos às mulheres de Mato Grosso do Sul – atualizado até abril de 2021 – traz todas as quarenta e três leis relacionadas aos direitos das mulheres, após esta data a atualização foi feita apenas no site da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

De abril de 2021, data da última atualização do documento, mais vinte e duas leis foram aprovadas no âmbito da garantia de direitos das mulheres ou visibilidades para o gênero feminino. Pode-se observar que em quarenta e quatro anos quarenta e três leis relacionadas às mulheres foram aprovadas. Considerando o período abril de 2021 até dezembro de 2024, ou seja, quarenta meses, mais vinte e duas leis nesta temática foram legitimadas, isto significa um aumento de mais de 50% nas leis que versam sobre as mulheres.

De todas as leis criadas para a garantia de direitos das mulheres 34% foram criadas neste interstício de quarenta e quatro meses, de abril de 2021 até dezembro de 2024. No documento que consolida tais leis, os proponentes das leis não são citados, não há como saber, a partir dele quem foram os parlamentares que as sugeriram, mas a partir de abril de 2021 que as leis foram expostas no site da ALEMS é possível saber quem foram os parlamentares proponentes de cada uma das vinte e duas leis. Nove delas foram propostas por deputadas mulheres, quase 41% das leis.

Outro fator importante a ser citado é que o estado de Mato Grosso do Sul fora criado em 1977 e apenas quatorze anos depois, em 1991, a primeira lei que se referia à mulheres fora promulgada a LEI Nº 1.134, DE 26 DE MARÇO DE 1991 - Autoriza o afastamento de servidoras, mães de excepcionais, para fim que menciona e da outras providências. Embora, seja uma lei criada para as mulheres, acredito que uma vitória enquanto mãe, a lei versa sobre o cuidado de outrem, neste caso, dos filhos, como escrito na própria legislação o cuidado do “filho excepcional”.

Sendo assim, as leis que versam sobre a garantia de direitos femininos no estado de Mato Grosso do Sul serão elencadas no próximo subcapítulo e breves análises serão realizadas em algumas que se destacam, segundo o organizador do documento e a minha análise.

5.1 Relação das leis estaduais sul-mato-grossenses sobre a garantia de direitos das mulheres

Neste subcapítulo as leis estaduais que versam sobre a garantia dos direitos das mulheres serão elencadas, será feita uma análise geral e posteriormente uma análise mais detalhada de algumas leis, consideradas muito relevantes para o cotidiano das mulheres.

No documento, no qual as leis que versam sobre garantias de direitos das mulheres estão compiladas, não aparece quem foi a pessoa proponente da lei, aparece apenas quem assinou. Sendo os assinantes os presidentes da ALEMS e os governadores do estado. Já nas leis posteriores ao documento, a partir de abril de 2021, que estão disponíveis no site da assembleia,

os parlamentares responsáveis em propor as leis aparecem. Fica evidente para a população quem foi quem propôs o que.

O coordenador da Consolidação das leis estaduais de garantias de direitos às mulheres de Mato Grosso do Sul, Luiz Henrique Volpe Camargo, Secretário de Assuntos Legislativos e Jurídicos (SALJ/ALEMS), durante a escrita de sua nota destaca algumas leis, que para ele merecem destaque, pois contribuem para reverter a lógica da desigualdade de gênero e desigualdades nas relações de poder.

Assim ele lista as seguintes leis: Lei 2.376/2001, que “Institui o Parto Solidário no Estado de Mato Grosso do Sul”; a Lei 2.470/2002, que “Dispõe sobre normas e procedimentos para prevenção e combate contra prática de discriminação contra mulheres no trabalho”; a Lei 3.492/2008, que “Institui o Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher”; a Lei 4.609/2014, que “Dispõe sobre a Política de Amparo e Assistência à Mulher Vítima de Violência no Estado de Mato Grosso do Sul”; a Lei 5.217/2018, que “Dispõe sobre a implantação de medidas de informação e de proteção à gestante e à parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Mato Grosso do Sul” e a Lei 5.641/2021, que “Dispõe sobre o direito à remoção de servidoras estaduais vítimas de violência sexual, familiar ou doméstica”.

As leis supracitadas são importantíssimas no enfrentamento à violência contra as mulheres e a proteção delas, mas considerando o escopo deste trabalho pode-se acrescentar a LEI Nº 5.539, DE 13 DE JULHO DE 2020 - Dispõe sobre a inclusão do Ensino de Noções Básicas da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, como conteúdo transversal nas escolas públicas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Trazendo Louro novamente para a discussão, já se sabe que a escola é um local em que os corpos e os pensamentos são moldados. Sendo assim, é nesta instituição que as mudanças devem ser fomentadas. Se a escola é um local de reflexões e aprendizagens, supõem-se que, neste espaço as discussões serão levadas a sério e acontecerão.

Na referida lei, LEI Nº 5.539, DE 13 DE JULHO DE 2020, traz na redação de um dos seus artigos que a formação dos profissionais da educação da rede estadual acerca do tema – Noções Básicas sobre a Lei Maria da Penha – deve acontecer no âmbito estadual. Eu estou na

rede estadual de educação de Mato Grosso do Sul desde o início de 2018, ou seja, antes da aprovação da lei, e até hoje nunca foi abordada em uma formação de professores tal assunto.

Dessa forma, fica evidente que não adianta ter a lei e não garantir sua execução. Neste caso, a organização das leis em um único documento de domínio público é louvável, mas o que tem sido feito para garantir que as leis ali presentes sejam cumpridas?

Ao legislativo cabe a função de fiscalizar o executivo, pelo assim aprendemos no ensino fundamental, as deputadas e deputados quando eleitos preocupam-se em conhecer as leis já existentes ou apenas preocupam-se em criar leis para estar em evidência e “lacrar” nas redes sociais? Para esta pergunta não é possível ter uma resposta simples como sim ou não. Aqui não faço o questionamento para obter uma resposta, o faço para que haja reflexão.

Sendo assim, será que se as leis existentes fossem cumpridas de fato a vida das mulheres estariam menos ameaçada? Os postos de trabalhos estariam disponíveis? Por que os homens sentem-se tão à vontade em praticar violências contra as mulheres, sejam elas violências domésticas ou até mesmo violências obstétricas?

Estes questionamentos devem trazer luz as discussões que importam na vida das mulheres, considerando o autor Stuart Hall (1997) que explora em suas obras como a legislação e as políticas públicas moldam identidades culturais, e como o Estado usa a lei para regular e controlar populações. Não será isso que o estado está fazendo ou há de fato uma preocupação com a vida destes corpos subalternizados, excluídos, violentados e marginalizados?

Analisando outra lei que não está no compilado, pois ela é de 2023, ano posterior a organização do documento, a LEI Nº 6.100, DE 30 DE AGOSTO DE 2023 - Dispõe sobre a realização de exames ou procedimentos que induzam a inconsciência total ou parcial da paciente mulher, por unidades de saúde do Estado de Mato Grosso do Sul. Traz em seu artigo primeiro a seguinte redação:

Art. 1º Os exames ou procedimentos que induzam a inconsciência total ou parcial realizados em paciente mulher, pelas unidades de saúde, públicas e privadas do Estado de Mato Grosso do Sul, deverão ser realizados preferencialmente com a presença de um profissional do sexo feminino.

Uma lei que tem uma redação preocupante, mas necessária, a mulher tem seu corpo violentado em toda e qualquer situação. Imagine você não ter paz para realizar um exame médico? Um exame no qual você estará desacordada, você ter medo disso, pense...

Cara leitora, ao ler as provocações acima provavelmente você concordará que é assim mesmo, devemos e temos medo a todo momento. Agora se você é homem deve estar lendo esta parte do texto e pensando: “não é possível” “nunca me senti assim” parabéns colega você acaba de perceber o privilégio dos corpos masculinos os quais não precisam ter medo de toda e qualquer situação.

Dessa maneira, será que ao aprovar estas sessenta e cinco leis no estado de Mato Grosso do Sul o poder público pensou que as mulheres estariam protegidas pelo papel? Ou foi algo “para inglês ver”¹²? Retomando que a ideia neste momento não é obter respostas concretas, mas sim levar a reflexão os leitores deste texto.

Ademais, as mulheres transgêneros não estão contempladas em nenhuma das leis, será que estas mulheres estão amparadas pelas leis postas? Onde estão os direitos destes corpos?

Outra lei de garantias de direito das mulheres é a LEI Nº 3.855, DE 30 DE MARÇO DE 2010 - Concede às servidoras públicas civis e militares do Poder Executivo Estadual, das suas autarquias e das suas fundações, a prorrogação, por sessenta dias, da licença maternidade. Neste ponto leitor resgatarei uma parte da introdução deste trabalho na qual eu relato minha experiência enquanto mãe-trabalhadora-professora do estado de Mato Grosso do Sul, lembre-se que tive enquanto profissional convocada o direito apenas a quatro meses de licença maternidade? Que a prorrogação para mim e para as que vieram depois de mim ocorreu devido à ação judicial movida pelo jurídico de um deputado? Recordam-se? Pois então, novamente a

¹² Segundo o dicionário Houaiss, o termo refere-se à “para efeito de aparência, sem validade” (Rodrigues, 2020).

lei já está posta, já existe desde 2010, meu filho nasceu em 2021, por que estas leis não estão sendo cumpridas?

Sendo assim, a ideia de um compilado das leis que versam sobre os direitos das mulheres em um único documento de fácil acesso à grande parte da população é uma ação excelente do poder público, mas tão importante quanto (ou mais) que as reunir em um único documento é criar mecanismos para que elas sejam cumpridas. Criar mecanismos de enfrentamento às violências, criar situações que contribuam com mudança cultural do povo sul-mato-grossense, quando o assunto são as violências contra as mulheres.

Por fim, é necessário a presença de mulheres nas casas de leis para criarem e fiscalizarem o cumprimento das leis que versam sobre nossos corpos e vidas, mas a estas mulheres é preciso o entendimento da responsabilidade destas representações, somos mulheres múltiplas, como necessidades distintas, sofremos violências distintas e temos desejos distintos.

Dessa maneira, é preciso que as representações também sejam múltiplas, mulheres de diversas categorias, cores, credos, orientações sexuais, cisgêneros e transgêneros, as diferentes categorias de mulheres precisam falar por si nestes espaços de poder. A quem interessa a manutenção da estrutura política posta atualmente, mas que tem suas raízes no período colonial?

6 RESUMINDO A ÓPERA

Após meses de pesquisas, discussões, apresentações, escritas, reescritas e contribuições finalmente é chegado o momento de finalizar e concluir este trabalho.

Ao iniciar o texto é apresentado as motivações para escrita dele e como o meio social influencia nossas práticas, nossas decisões e nossos comportamentos. Seguindo é mostrado como a indignação pode ser a força motriz para se buscar compreender e exigir garantias de direitos mínimos.

Os conceitos teóricos presentes e pedras fundamentais dos Estudos Culturais como a interseccionalidade, o desenvolvimento do conceito de cultura (ou culturas) e a formação das identidades foram amplamente discutidos, estes conceitos foram essenciais para nortear e embasar o problema de pesquisa neste texto apresentado.

Outros conceitos como a opressão, violências de gênero, relações de poder e a dominação dos corpos não poderiam ficar de fora de uma discussão que traz luz para a participação política das mulheres no estado de Mato Grosso do Sul. A invisibilização e a não participação política das mulheres tem ligação direta com esta sub-representação que temos na política municipal, estadual e nacional.

Todos esses conceitos contribuem para compreender como nossa sociedade machista, patriarcal e misógina está organizada e pretende assim manter-se. Os interessados na manutenção do poder seguem ditando as regras da vida privada e pública.

Seguindo, fora necessário fazer um resgate histórico da formação do estado de Mato Grosso do Sul para compreender qual a base política e histórica fundante deste belo torrão de Mato Grosso. Ao seguir na pesquisa foi possível observar que os oligarcas presentes na fundação do estado ainda ditam as regras por aqui, seja eles próprios ou seus descendentes consanguíneos ou não.

Ao tomar consciência de como e quais os motivos fomentaram a separação entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul fazer a análise das mulheres eleitas deputadas

estaduais para a ALEMS torna-se quase um trabalho de genealogista¹³, pois é preciso analisar a linhagem, de qual família tradicional na política sul-mato-grossense a mulher faz parte. A partir das análises de dados foi possível constatar que ao longo das doze legislaturas apenas duas mulheres não tinham/têm ligação com políticos presentes no movimento de separação do estado, seja por ligação de sangue (filhas), por intermédio do casamento ou apadrinhamento político.

Com tais análises foi expressiva como a exclusão das mulheres pretas, indígenas, transgêneros, mulheres oriundas de movimentos sociais, se faz presente na política de Mato Grosso do Sul. É preciso que mulheres que compreendam a importância de se discutir o feminismo, raça, representações, violências de gênero e que comecem a ocupar espaços de poder.

É urgente que diferentes categorias de mulheres sejam eleitas e representadas, que tenham voz, que falem por si e pelo coletivo, mas para isso é preciso fortalecer diferentes grupos de mulheres.

É preciso que os coletivos femininos se fortaleçam, que as leis que garantam a participação das mulheres na política sejam publicizadas em diferentes meios de comunicação como internet, rádio e televisão. É necessário que a discussão sobre as mulheres na política chegue às escolas ainda na educação fundamental, que gênero e estruturas de poder também sejam discutidos de acordo com o desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes, mas que sejam discutidos.

Só assim a luta contra o sistema político hegemônico liderado por homens brancos, cisgêneros e ricos poderá sofrer alguma ameaça.

Tão importante quanto saber quem foram as eleitas e suas características é necessário saber quem está legislando a favor das mulheres, quais garantias legais estão sendo pensadas e

¹³ “O genealogista é o profissional que trabalha com a documentação de linhagens. Por meio dele é possível realizar a reconstituição de uma sequência de gerações dentro de uma família ou grupo de familiares específico.” (Advocacia, 2022)

executadas para elas. É preciso trazer luz para estas leis, para estas garantias, que por falta de conhecimento, muitas mulheres têm seus direitos negados e não atendidos. É necessário que homens e mulheres dividam esta responsabilidade.

Para finalizar, esta pesquisa traz dados da política sul-mato-grossense, com análises de como esta política chegou até aqui. Análises dos dados são importantes para escancarar uma realidade de submissão e exclusão (não desejada) pelas mulheres na vida pública.

Desse modo, além de expor estes dados tão alarmantes, o presente trabalho tem a audácia em sugerir reflexões que possam contribuir para a mudança desse cenário político. É preciso que meninas e mulheres sejam encorajadas a participarem da vida pública. É preciso que haja dos governos políticas públicas que incentivem, de fato, tais participações.

Ainda que esta pesquisa possa servir como inspiração, fonte de informação e referências para pesquisas futuras. O campo de pesquisa sobre as mulheres na política precisa se fortalecer e isso só será possível com as mulheres discutindo, estudando, escrevendo, publicando, falando sobre o tema, pois aos oligarcas no poder interessa manter a vida pública e política como está.

Sendo assim, como uma boa pesquisa que não tem fim em si mesma este texto terminará com uma reflexão: se nós mulheres não pesquisarmos e expor tais abismos entre homens e mulheres na vida pública e política quem mais o fará? Quem mais terá o interesse? Quem desejará nos “conceder” direitos?

Lutaremos!

Agora que são elas... só que SIM!

7 REFERÊNCIAS

ADVOCACIA, Andrade. **Conheça a função do genealogista na aquisição de nacionalidade**. 2022. Disponível em: <https://andradeadvocacia.com/conheca-a-funcao-do-genealogista-na-aquisicao-de-nacionalidade/#:~:text=O%20genealogista%20%C3%A9%20o%20profissional,para%20criar%20uma%20%C3%A1rvore%20geneal%C3%B3gica..> Acesso em: 12 nov. 2024.

ALBUQUERQUE, Kristine Kelly de. **“Diálogos de gênero na educação: considerações sobre o projeto Lei Maria da Penha vai às escolas”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, e60485, 2020.

ALENCAR, Lucas. **Mapa compara o tamanho dos estados brasileiros à extensão de outros países: sabia que o reino unido cabe dentro de são paulo?**. Sabia que o Reino Unido cabe dentro de São Paulo? 2022. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Urbanidade/noticia/2016/04/mapa-compara-o-tamanho-dos-estados-brasileiros-extensao-de-outros-paises.html>. Acesso em: 16 jun. 2024.

(ALMG), Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **85% do trabalho de cuidado é feito por mulheres**: segundo ibge, público feminino gasta 21 horas semanais na atividade, já homens dedicam 11 horas, quase metade do tempo.. Segundo IBGE, público feminino gasta 21 horas semanais na atividade, já homens dedicam 11 horas, quase metade do tempo.. 2024. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/85-do-trabalho-de-cuidado-e-feito-por-mulheres/#:~:text=Whatsapp-,85%25%20do%20trabalho%20de%20cuidado%20%C3%A9%20feito%20por%20mulheres,horas%2C%20quase%20metade%20do%20tempo.&text=Dados%20do%20Instituto%20Brasil,eiro%20de,cuidado%20%C3%A9%20feito%20por%20mulheres..> Acesso em: 10 nov. 2024.

BECK, D. Q.; GUIZZO, B. S. **Estudos culturais e estudos de gênero: proposições e entrelaces às pesquisas educacionais**. HOLOS, vol. 4, 2013, pp. 172-182. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

BUTLER, JUDITH P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 24ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2023. Tradução: Renato Aguiar.

BRASÍLIA. CÂMARA DOS DEPUTADOS. . **Marilu Guimarães**: biografia. Biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73759/biografia>. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASÍLIA. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CIDADES E ESTADOS**: mato grosso. MATO GROSSO. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASÍLIA. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CIDADES E ESTADOS**: mato grosso do sul. MATO GROSSO DO SUL. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASÍLIA. Marcelo Benedicto e Mônica Marli. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dividir para conhecer: as diversas divisões regionais do Brasil**. 2019. Arte: Pedro Vidal; Editoria: Revista Retratos. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19383-dividir-para-conhecer-as-diversas-divisoes-regionais-do-brasil>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASÍLIA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nosso povo**. 2024. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-povo/19625-numero-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASÍLIA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama: censo 2022**. Censo 2022. 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASÍLIA. Senado Federal. Senado Federal. **Simone Tebet - MS: fora do exercício**. Fora do exercício. Fonte: Secretaria-Geral da Mesa, Coordenação de Arquivo e Coordenação de Biblioteca.. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5527>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CÁCERES, Evelin. **Marilu Guimarães foi 1ª deputada de MS em Brasília, mas disputando a Prefeitura encarou o machismo**: 30 anos depois, marilu escancara machismo na política de ms: ‘fazer padedê era coisa de galinha’. 30 anos depois, Marilu escancara machismo na política de MS: ‘fazer padedê era coisa de galinha’. 2023. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2023/marilu-guimaraes-foi-1a-deputada-de-ms-em-brasil-mas-disputando-a-prefeitura-encarou-o-machismo/>. Acesso em: 01 jul. 2024.

CAMPO GRANDE. Jeozadaque Garcia. Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal. **Mulheres de Campo Grande são homenageadas com a Medalha Legislativa Celina Martins Jallad**. 2024. Disponível em: <https://camara.ms.gov.br/solenidades/mulheres-de-campo-grande-sao-homenageadas-com-a-medalha-legislativa-celina-martins-jallad/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

CASEIRO, Imprensa Mara. **Mara Caseiro - PSDB**. 2024. Disponível em: <https://www.al.ms.gov.br/Deputados/Visualizar/18>. Acesso em: 11 jul. 2024.

CEVASCO, Maria Elisa. Quarta lição: a formação dos estudos culturais. In: _____. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

COSTA RODRIGUES LIMA, T. LÉLIA GONZALEZ E O FEMINISMO DECOLONIAL COMO LENTE DE ANÁLISE. **Revista Contraponto**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/117976>. Acesso em: 9 jul. 2024.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], n. 23, p. 36-61, ago. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782003000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/FPTpjZfwdKbY7qWXgBpLNCN/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

D'AVILA, Manuela. **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Porto Alegre: Instituto E se fosse você, 2022.

DOURADOS, Redação Folha de. **Bela Barros: 'Quero ser prefeita para realizar o sonho de muitos douradenses'**. 2024. Disponível em: <https://www.folhadedourados.com.br/bela-barros-quer-ser-prefeita-para-realizar-o-sonho-de-muitos-douradenses/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

ECHAZÚ BÖSCHEMEIER, Ana Gretel; INÉS CEJAS, Mónica. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade: Lélia González. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 66–89, 2021. DOI: 10.21057/10.21057/repamv15n1.2021.40454. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/40454>. Acesso em: 13 ago. 2024.

ELEITORAL, Tribunal Superior. **Eleição Municipal Ordinária 2024: dourados**. Dourados. 2024. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao;e=e619;uf=ms;mu=90735;tipo=3;ufbu=ms;mubu=90735/resultados>. Acesso em: 02 nov. 2024.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais – Uma versão latinoamericana/** Ana Carolina D. Escosteguy – ed. on-line – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.240p. (Coleção Estudos Culturais, 8) ISBN 85-86583-97-91. Estudos Culturais. 2. Antropologia.3. Cultura-América Latina. I. Título. II Série.

FERNANDES, Ellen Maria Machado Santos; FONSECA, Janete Rosa da. EDUCAÇÃO DIFERENCIADA: UMA RELAÇÃO ENTRE GÊNERO, DIREITOS HUMANOS, AMBIENTE ESCOLAR E A VIOLAÇÃO DESSES “DIREITOS”. **Anais do I Congresso de Diálogos Necessários Entre Gestores/As, Professores/As da Educação Básica Regular, Professores/As das Apaes de Mato Grosso do Sul e Acadêmicos/As Com Vistas A Uma Educação Por Valores e Inclusiva**, Aquidauana, p. 101-107, 27 dez. 2023. Anual. UFMS. <http://dx.doi.org/10.55028/gepfp.v1i1>. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/issue/view/920>. Acesso em: 22 jun. 2024.

FERRERAS, Norberto Osvaldo. Culturalismo e experiência: leitura dos debates em torno da obra de E. P. Thompson. **Revista Diálogos**. Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, vol. 3, n.º 3, 1999.

FOUCAULT, Michel. Governamentalidade. In. *Microfísica do Poder*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FLIP. **Carla Akotirene**. 2023. Disponível em: <https://www.flip.org.br/autores/carla-akotirene/>. Acesso em: 04 out. 2024.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (Rio de Janeiro). **COIMBRA FILHO, Albino**: *dep. fed. ms 1983-1987. *dep. fed. MS 1983-1987. 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/coimbra-filho-albino>. Acesso em: 01 jul. 2024.

GOIÂNIA. Emerson de Souza Couto. Tre - Go. **Primeiro partido feminista do Brasil**. Disponível em: https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page_id=11046. Acesso em: 13 ago. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Organização de: Flávia Rios e Márcia Lima.

HALL (1997), Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez., 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361/40514> Acesso em 15 jun. 2023.

HERMINIO, Beatriz. **A escrevivência carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo**. 2022. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo>. Acesso em: 09 nov. 2024.

HILL-COLLINS, P. (1990). **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. New York: Routledge Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/sGP7bMpgPxZsqddxS8PTNxK/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 04 nov. 2022.

HISTÓRIA, Por Dentro da. **Geração Alpha: entenda as crianças nascidas desde 2010**. 2019. Disponível em: <https://www.dentrodahistoria.com.br/blog/familia/desenvolvimento-infantil/geracao-alpha-caracteristicas/>. Acesso em: 07 out. 2024.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. bell hooks; tradução Bhuvi Libanio. – 21ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023. 176p.;21cm.

KASPARY, Neri. **Governo entrega cargo a ex-deputada, mas retém a "chave do cofre"**: dione hashioka será secretária-adjunta da educação, mas sem os poderes do anterior, que chegou a ser preso por suspeita de corrupção. Dione Hashioka será secretária-adjunta da Educação, mas sem os poderes do anterior, que chegou a ser preso por suspeita de corrupção. 2024. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/governo-entrega-cargo-a-ex-deputada-mas-retem-a-chave-do-cofre/427229/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (Arena)**. 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5735>. Acesso em: 07 out. 2024.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024.

MACEDO, Ana Raquel. **Especial Mulher - A história da participação feminina na política brasileira (07'43")**. 2006. Rádio Câmara, Brasília. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/266952-especial-mulher-a-historia-da-participacao-feminina-na-politica-brasileira-0743/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

MACHADO, Andréia de Arruda. **MATO GROSSO DO SUL E SUA HISTÓRIA: EM PERSPECTIVA O PERÍODO DIVISIONISTA (1977-1998)**. 2020. 73 f. Dissertação (Mestrado) – Curso: Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/572820/3/Caderno%20de%20Atividades%20-%20MATO%20GROSSO%20DO%20SUL%20E%20SUA%20HIST%C3%93RIA%20EM%20>

20PERSPECTIVA%20O%20%20-%20Andreia%20de%20Arruda.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

MARQUES, José Henrique. **Há 11 meses, a deputada Gleice Jane concilia atividade política e tratamento médico.** 2024. Reportagem à Folha de Dourados. Disponível em: <https://www.folhadedourados.com.br/ha-11-meses-a-deputada-gleice-jane-concilia-atividade-politica-e-tratamento-medico-2/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Assessoria de Imprensa. Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. **Gleice Jane - PT.** 2024. Disponível em: <https://www.al.ms.gov.br/Deputados/Visualizar/2044>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Assessoria de Imprensa. Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. **Trecho da MS-295 pode ser denominada “José Antônio Joaquim Caseiro”.** 2012. Disponível em: <https://www.al.ms.gov.br/Noticias/63395/trecho-da-ms-295-pode-ser-denominada-jose-antonio-joaquim-caseiro>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Osvaldo Júnior. Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. **Criação da Assembleia Constituinte.** Disponível em: <https://al.ms.gov.br/Paginas/1/historia#>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL. **. Eleições municipais 2004:** sdr 2004 - versão 1.1. SDR 2004 - Versão 1.1. 2011. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ms-resultado-eleicao-municipal-2004-dourados/@@download/file/TRE-MS-Resultado-Eleicao-Municipal-2004-Dourados.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. Tre-MS. **Resultado das Eleições Anteriores.** 2024. Disponível em: <https://www.tre-ms.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultado-das-eleicoes-anteriores>. Acesso em: 12 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA Saúde (Washington D.C). **Aleitamento materno e alimentação complementar.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/aleitamento-materno-e-alimentacao-complementar#datos-clave-lm>. Acesso em: 21 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2011%20de%20mar%C3%A7o%20de,pa%C3%ADses%20e%20regi%C3%B5es%20do%20mundo..> Acesso em: 07 ago. 2024.

PEDRA, Daniel. **Dione Hashioka 'traí' PSDB para brigar por prefeitura contra candidato tucano:** até então, a ex-deputada teria aceitado ser secretária-adjunta da pasta de educação para desistir de sua pré-candidatura. Até então, a ex-deputada teria aceitado ser secretária-adjunta da Pasta de Educação para desistir de sua pré-candidatura. 2024. Disponível em: <https://correiadoestado.com.br/politica/dione-hashiooka-trai-psdb-para-brigar-por-prefeitura-contra-candidato/431733/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

PROST, Antoine. A história como compreensão. In. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (pp. 133-152)

QUADROS, Vasconcelo. **Fazendeira e ruralista, Simone Tebet perde aliados no MS ao se afastar do bolsonarismo**: proprietária em região de conflito com os guarani-kaiowá, senadora já defendeu indenizações em dinheiro para fazendas em áreas indígenas e suspensão de demarcações. Proprietária em região de conflito com os Guarani-Kaiowá, senadora já defendeu indenizações em dinheiro para fazendas em áreas indígenas e suspensão de demarcações. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/07/fazendeira-e-ruralista-simone-tebet-perde-aliados-no-ms-ao-se-afastar-do-bolsonarismo/>. Acesso em: 02 nov. 2024.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione; JOHANN, Maria Regina. Mona Lisa transfigurada:: a objetificação do corpo feminino. In: CAMOZZATO, Viviane Castro; CARVALHO, Rodrigo Saballa de; ANDRADE, Paula Deporte de (org.). **Pedagogias Culturais: a arte de produzir modos de ser e viver na contemporaneidade**. Curitiba: Appris, 2016. p. 137-151.

SILVA, L. M. da; ARAUJO SANTOS, T. Poder oligárquico, questão agrária e função legislativa no território sul-mato-grossense. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 17, n. 44 Abr., p. 253-277, 2022. DOI: 10.14393/RCT174411. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/63704>. Acesso em: 2 nov. 2024.

TEBET, Simone. **Quem é**. Disponível em: <https://simonetebet.com.br/quem-e/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

THOMPSON, Edward. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (Introdução).

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], n. 23, p. 5-15, ago. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782003000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/FPTpjZfwdKbY7qWXgBpLNCN/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

WILLIAMS, Raymond. 1. Definindo uma cultura democrática. In: _____. **Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 3-57

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, (66), 2005, p. 209-224

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; RIPOLL, Daniela. Apontamentos sobre os Estudos Culturais no Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 4, p. 1-22, 25 nov. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623689212>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/SYYp5qDJr5CMKtJTb9mNNmf/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

8 ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em divulgar as respostas, por mim elaboradas, referente ao questionário que integra o estudo que tem como pesquisador responsável ELLEN MARIA MACHADO SANTOS FERNANDES, com o título "Agora que são elas...só que não: uma análise da participação política das mulheres no Estado de Mato Grosso do Sul", constante do Relatório de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, para a obtenção do título de Mestre em Estudos Culturais.



Pedro Cesar Kemp Gonçalves

Campo Grande, MS, 12 setembro 2024.